

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

DIEGO SOUZA DE ARAUJO

**A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DA ERA VARGAS (1930-1945)
NAS RELAÇÕES COM A URSS E A POLÔNIA**

**Santana do Livramento
2015**

DIEGO SOUZA DE ARAUJO

**A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DA ERA VARGAS (1930-1945)
NAS RELAÇÕES COM A URSS E A POLÔNIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof^o Msc. Rafael Balardim

**Santana do Livramento
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

Souza de Araujo, Diego

A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DA ERA VARGAS (1930-1945) NAS RELAÇÕES COM A URSS E A POLÔNIA / Diego Souza de Araujo.

100 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015.

"Orientação: Rafael Balardim".

1. Imigração. 2. Era Vargas. 3. Minorias étnicas. 4. Poloneses. 5. Russos. I. Título.
CDD: 330.9

DIEGO SOUZA DE ARAUJO

**A INFLUÊNCIA DAS MEDIDAS RESTRITIVAS DA ERA VARGAS (1930-1945)
NAS RELAÇÕES COM A URSS E A POLÔNIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27, Novembro de 2015.

Banca examinadora:

Prof^o Msc. Rafael Balardim
Orientador
UNIPAMPA

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
UNIPAMPA

Prof. Dr. Victor Hugo Veppo Burgardt
UNIPAMPA

Dedico este trabalho aos meus pais, Paula e Romeu, pela confiança em mim depositada,

Aos meus irmãos, Thiago e Aline, pelo apoio incondicional,
à Júlia, Pedro Henrique e Lívia, meus sobrinhos amados
e à minha tia Marisa, que sempre se preocupou comigo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, que sempre me apoiaram em todas as minhas escolhas, sejam elas acadêmicas, políticas ou ideológicas e que moveram céus e terra para que eu pudesse alcançar o meu sonho de ter o ensino superior. Também agradeço aos meus irmãos, que no período em que eu estive longe, me deram suporte e sempre acreditaram em mim.

O ano de 2011 trouxe consigo mudanças avassaladoras que mudou toda a forma de eu enxergar o mundo e os acontecimentos que ocorrem nele. Sair do conforto do meu lar para cursar uma universidade pública Federal no outro lado do país, foi uma decisão que mudou todas as estruturas minha vida. Santana do Livramento me colocou em atrito com realidades completamente diferente das que eu estava acostumado, seja pela cultura, pelo clima ou até mesmo a dinâmica da cidade.

A UNIPAMPA me apresentou algumas das melhores pessoas que eu poderia ter conhecido na vida. Pessoas estas que eu posso chamar de amigos, irmãos e família. Durante esses quase cinco anos eu pude conviver e aprender diariamente. São várias pessoas que ao longo destes anos se fizeram presentes e amigas. Em especial, cito os primeiros amigos que fiz durante esse período e que hoje, com certeza, posso falar que são a minha família. São estes: Cássio, Pedro, Yesa, João, Inara, Vinícius, Thaísa, Caique, Agnes e Rafael.

Agradeço também aos meus amigos do apartamento 402: Vitor, Tito e Beatriz.

Também não posso deixar de agradecer à Carolina Sabatini, Elizama, Josie, Marina Kodama e ao Matias Peters.

Agradeço também ao Deivid Forgiarini por ter me apresentado o programa Rotaract e à Cinara Neumann, por toda a paciência que sempre teve comigo. Assim como também, não posso deixar de agradecer ao Rotaract Club Livramento e o distrito 4780, por toda a parceria e ajuda a fazer a diferença na comunidade onde vivemos.

E também agradeço aos #NuncaAmigos da Moradia João de Barro, que foram muito importantes e que fizeram parte dos melhores doze meses da minha vida, onde partilhamos risadas, choros, incertezas e dramas durante a fase de adaptação na casa. E claro, agradeço pelos melhores cafés da tarde, almoços, jantas, sessões de filme e rodas de conversa.

Entre todos os amigos da moradia, agradeço em especial ao Vinicius Duarte, pela imensurável demonstração de amizade, me ajudando a coletar os dados junto a Biblioteca do Itamaraty, que foi de suma importância para a realização deste trabalho, e sem a ajuda deste, não conseguiria ter êxito no meu tcc. Também agradeço aos guardas da casa: Márcio, Maico, Jéferson e Diego.

Agradeço a toda a UNIPAMPA pelo conhecimento adquirido durante estes cinco longos anos de muito aprendizado. Aos professores: Renatho Costa, Kamilla Rizzi, Ana Monteiro, Gleyce Vasques, Ricardo Severo, Victor Hugo, Anna Carletti, Flávio Lira e todos aqueles que compartilharam seus saberes com as turmas que eu tive aula.

Dentre todos os professores, agradeço enormemente ao meu estimado orientador, Professor Rafael Balardim, por ter aceitado me auxiliar neste desafio, sempre me orientando pacientemente para que eu conseguisse fazer um bom trabalho. Muito obrigado.

Também agradeço aos técnicos da universidade e aos terceirizados pelo zelo e profissionalismo que sempre tiveram para com a nossa UNIPAMPA. Seja a Sasha da Biblioteca, sempre me ajudando com os livros, a Carmen Lia, da secretaria do campus, aos técnicos: Márcio Cordeiro, Emerson, e à todos os técnicos do Nude que auxiliam no funcionamento da moradia João de Barro.

E por fim, agradeço à todos os que direta ou indiretamente passaram pela minha jornada e me auxiliaram de alguma maneira a conseguir conquistar este sonho.

Pouco a pouco uma vida nova, ainda confusa, se foi esboçando. Acomodar-se-iam num sítio pequeno, o que parecia difícil a Fabiano, criado solto no Mato. Cultivariam um pedaço de terra. Mudar-se-iam depois para uma cidade, e os meninos frequentariam escolas, seriam diferentes deles. Sinhá Vitória esquentava-se. Fabiano ria, tinha desejo de esfregar as mãos agarradas à boca do saco e à coronha da espingarda de pederneira.

Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de Sinha Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era e nem onde era...

(Graciliano Ramos. Vidas Secas).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os efeitos das políticas restritivas empreendidas durante a Era Vargas (1930-1945) nas comunidades russas e polonesas que vieram para o Brasil, dando enfoque no decreto lei N°383 e analisar se esse decreto lei fez com que houvesse algum abalo nas relações entre Varsóvia, Moscou e Rio de Janeiro. O trabalho também abordará questões anteriores à Vargas e explanará sobre questões que vão desde o início das leis imigratórias para o Brasil e vai até o fim da segunda guerra mundial .

Palavras Chave: Era Vargas, Imigração, Medidas restritivas Russos, Poloneses, Minorias étnicas, Deops

RESÚMEN

A través del presente trabajo de investigación se pretende hacer un análisis de los efectos de las políticas restrictivas llevadas a cabo por el gobierno Vargas (1930-1945) en las comunidades rusas y polonasas que ingresaron en Brasil, centrandose en el Decreto Ley de N°383 para analizar si hubo algun estremecimiento de las relaciones diplomáticas entre Varsovia, Moscú y Río de Janeiro. Esa investigación también tiene como finalidad aportar cuestiones anteriores al Gobierno Vargas y lograr mejores explicaciones sobre el inicio de las leyes migratorias en Brasil y la repulsa por parte de Brasil en recibir refugiados de la Segunda Guerra Mundial.

Palabras Llave: Era Vargas, Imigración, Medidas restrictivas, Rusos, Polacos, minorías étnicas, Deops

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Colônias oficiais no Estado de São Paulo.....	29
Figura 02 – Localização das Colônias de São Paulo	30
Figura 03 – O Caminho do Café.....	32
Figura 04 – Principais portos brasileiros que recebiam os imigrantes.....	36
Figura 05 – Propaganda da Hospedagem do Imigrante SP	37
Figura 06 – Principais portos de partida de migrantes russos para o Brasil.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População estrangeira no Brasil (1819 -1940)	34
Tabela 02 – População total e população estrangeira (1872 -1920).....	35
Tabela 03 – Imigração total em São Paulo (1884 – 1920)	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

BUND – União Central dos Trabalhadores da Lituânia, Polônia e Rússia

Deops-SP – Departamento Estadual de Ordem Política e Social

IC – Internacional Comunista ou Terceira Internacional

LSN – Lei de Segurança Nacional

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista do Brasil

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

TSN – Tribunal de Segurança Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 Capítulo 1	21
1.1 Começo das Leis migratórias no Brasil	21
1.2 Imigrantes no Brasil.....	29
1.3 Minorias étnicas	3
1.4 Russos e Poloneses no Brasil.....	41
1.5 O imigrante e o Estado Novo	45
2 Capítulo 2 Governo Vargas e sua proposta de Estado Novo	48
2.1 Políticas Internas pré- Estado Novo	48
2.2 Vargas e o imigrante/ minorias étnicas.....	53
2.3 Russos e Poloneses durante o Estado Novo	56
2.4 Estado Novo, Judeus e Comunismo	62
3 Capítulo 3 O imigrante e o Estado Novo	66
3.1 Início das Políticas restritivas da Era Vargas	66
3.2 O Estado Novo e a intensificação da Repressão	72
3.3 Análise das Políticas Restritivas da Era Vargas nas relações do Brasil com a Rússia e a Polônia.....	75
Considerações Finais	81
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	90

Introdução

As duas últimas décadas do século XIX foram caracterizadas por importantes mudanças para a história social do Brasil. Em 1889, ocorreu a proclamação da República. Além disso, esse período também foi marcado pela expansão da indústria do café no estado de São Paulo, o que fez com que começassem a aumentar as demandas por mão de obra estrangeira – uma vez que a escravidão foi abolida – e para conseguir suprir a crescente produção de café, principal *commodity* da economia daquele período seria necessária a vinda de um contingente numeroso de trabalhadores.

A política de expansão do café refletiu em planos de incentivo à imigração. Deste modo, o Brasil passou a ser destino de imigrantes dos mais variados lugares, em especial da Europa. Tal ação de incentivo à imigração tinha o objetivo combater a deficiência de mão de obra interna, além de povoar as áreas desabitadas do território brasileiro, especialmente na parte meridional do país.

No início da Era Vargas (1930-1945) observa-se que o Estado mudou a maneira como encarava os imigrantes, até então vistos apenas como um fator positivo à economia. A partir do governo constitucional (1934-1937), esse imigrante passa a ser tratado mais ríspidamente. Com o início do projeto de implantação do Estado Novo, esse imigrante foi forçado a absorver uma cultura diferente da sua, seja por assimilação natural, ou por meio de forte repressão do Estado. Aliado a esses fatores, deve-se destacar o claro desejo por parte da elite brasileira pelo “branqueamento” de sua população, que a partir disso, começou a classificar de maneira racista os imigrantes que serviriam de modelo para tal projeto. Para isso foi incentivada a vinda de alguns e restringido a de outros.

Dessa maneira, com o início da Era Vargas, a partir de 1930, o governo começa a adotar posturas cada vez mais restritivas em relação aos estrangeiros que residiam o país, com o objetivo de construir uma identidade brasileira aliada aos interesses do Estado e combater o comunismo.

Também foram criadas medidas restritivas aos estrangeiros com intuito de integrar os imigrantes na sociedade pela assimilação da cultura brasileira, usando a polícia especializada – Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) – para perseguir e coibir imigrantes indesejados. Induziu-se a homogeneidade do país

por meio do ensino da língua portuguesa nas escolas localizadas em colônias – que a partir de 1937, com o início do Estado Novo, passou a ser controlada pelo Estado com maior rigor. O Estado começou a introduzir valores da pátria brasileira como modo de criar sentimento de pertencimento à nação por meio da introdução dos valores nacionais aos filhos dos imigrantes, afim de que estes começassem a perder o vínculo com o país de origem de seus pais.

No presente trabalho será dado maior enfoque aos efeitos que o decreto lei Nº 383 exerceu no país, sobretudo nas comunidades polonesas e russas presentes no estado de São Paulo. Russos e poloneses eram denominados de minorias étnicas, pois ao contrário de países como Alemanha e Itália – que forneceram um grande número de imigrantes ao Brasil para mão de obra nos cafezais e fábricas brasileiras – seu contingente de imigrantes presentes no país não representou expressividade. Tais comunidades eram vistas como subversivas por não atenderem à nova configuração ideológica e cultural que o Brasil buscava empreender, que era de pessoas com forte sentimento nacional.

Aliado a isso, existia o medo por parte do governo por conta do avanço dos grupos comunistas no país, dado o processo pelo qual o regime soviético estava passando, o que fez com o Brasil usasse como justificativa para se aparelhar para reprimir qualquer grupo que representasse perigo e assim garantir controle social. Tanto russos quanto poloneses eram vistos com certa ressalva pelo governo Vargas, uma vez que eram oriundos da União Soviética e leste europeu, locais que experimentavam um novo modo de governo e ideologia diferente da capitalista praticada no ocidente, o que causou certo temor aos olhos do Brasil.

Outro fator que colaborou para que estas duas comunidades fossem consideradas subversivas foi o modo em que elas se organizaram enquanto comunidade, sendo as duas comunidades ligadas às greves fabris que ocorreram no início do século XX. Isso fez com que o Estado se aparelhasse para coibir estas duas comunidades. Também, poloneses chegados a partir dos anos 1930, eram provenientes da fé judia, fugidos da guerra e como veremos, fez com que Vargas tentasse bloquear a chegada destes estrangeiros.

Os imigrantes residentes no Brasil, até o período anterior à ascensão de Getúlio Vargas, não possuíam um sentimento nacional e identificação com o povo brasileiro. Isso fez com que o governo começasse a aplicar medidas com o intuito a homogeneizar esses novos moradores do país, assim como também, reprimi-los,

impondo a eles medidas para introduzi-los e adequá-los a nova proposta de pátria una, com valores nacionais consolidados que se objetivava empreender.

Neste contexto podemos enquadrar as minorias étnicas, e em especial os russos e poloneses – que serão analisados durante o trabalho. Ambos não pertenciam ao ideal de estrangeiro desejado pelas elites locais de países de fácil assimilação à cultura e, principalmente, por terem enraizadas ideias com cunho socialista, trazidos da União Soviética. O que por sua vez, poderia por em cheque a proposta de Estado que Vargas buscava empreender.

Com as medidas aplicadas nestas comunidades, vamos buscar conhecer, se de fato, ocorreu abalo nas relações entre o governo de Vargas com a Polônia e a Rússia.

Tendo os fatores evidenciados podemos levantar a hipótese que em princípio, o Decreto-lei nº 383 afetou a relação somente com a Polônia, pois a terceira leva de imigrantes poloneses, chegada principalmente no período em que Vargas estava no poder, encontra sérias dificuldades para entrar no país e percebe-se certa austeridade com os poloneses que viviam aqui.

Já com a Rússia acredita-se que não houve abalo, pelo motivo da URSS estar passando pelo processo de industrialização interna e o Brasil não manter relações com o país desde 1917, encara-se que o país não encarou de maneira ofensiva a perseguição repressão por parte de seus nacionais que viviam no Brasil. Além disso, os russos que aqui viviam conseguiram se diluir na sociedade paulista, e a ausência de uma representação diplomática dificultaria possíveis providências ou até mesmo reações hostis por parte da URSS, que estava com relações cortadas com o Itamaraty em decorrência do não reconhecimento pelo Brasil do governo de Vladimir Lênin, em 1917.

A segunda hipótese nos leva a crer que Decreto nº383 conseguiu atingir o seu objetivo, pois com maior controle do Estado sobre estas comunidades, conseguiu-se antecipar quaisquer que fossem as tentativas de difundir ideias comunistas.

A abordagem de dois pequenos grupos estrangeiros vindos para o Brasil e caracterizados como minorias étnicas foi selecionada devido à necessidade de se conhecer mais sobre estas comunidades pouco estudadas e que foram importantes para a formação da identidade brasileira. Além disso, o estudo se faz necessário devido a escassa bibliografia com relação ao tema no idioma português a respeito de como ficaram as relações de ambos os países no período marcado por tantas

mudanças, como foi a da Era Vargas. Também pela importância de saber como esses “novos brasileiros” reagiram às rígidas leis nacionalizantes do Estado durante o processo de implantação do Estado Novo. Também, entende-se que é importante analisar como se deu o processo de assimilação da cultura brasileira e, da mesma forma, buscar saber como ficaram as relações com tais países – um declaradamente comunista e outro anexado à Alemanha Nazista – durante o Estado Novo.

Para tanto, é necessário fazer uma análise das duas comunidades para saber como as medidas nacionalizantes do Governo Vargas afetaram as relações com a URSS e a Polônia e qual o impacto na relação do Brasil com esses Estados. Mais ainda, se, de fato, a implantação do Decreto nº 383 apresentou alguma mudança na relação do Rio de Janeiro com Moscou e Varsóvia.

A partir disso, se faz necessário um estudo do tema sob alguns conceitos cruciais para se entender o tema, tais como: identidade nacional, mão de obra, imigração e subversão. Juntos, estes conceitos darão maior precisão e embasamento na análise, pois, tendo-se compreendidos estes condicionantes de maneira clara, poderá se descobrir o papel que cada um destas teve nas ações do governo, e também descobrir como São Paulo se portou no Estado Novo nas questões de seus habitantes imigrantes.

Por objetivo maior a presente pesquisa buscará analisar se de algum modo as medidas restritivas empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas afetaram as relações entre Brasil com a Rússia e Polônia. Também compreender a importância que as leis nacionalizantes tiveram na formação da identidade que o Estado desejava empreender. Além disso, vamos analisar as políticas restritivas empreendidas durante a Era Vargas aplicadas nas comunidades – russas e polonesas – no Estado de São Paulo, dando enfoque no Decreto-lei nº 383. Também vamos examinar como o Estado Novo de Getúlio Vargas constrangeu essas minorias com políticas nacionalizantes de modo a afetar ou não as relações diplomáticas.

Para atingir tal objetivo, este trabalho se vale de uma pesquisa bibliográfica em documentos oficiais e pesquisa de autores que tratam de temas importantes para que se construa uma pesquisa embasada e reflexiva. Por isso, trabalharemos com a questão do fim do tráfico negreiro e como isso influenciou na relação do Brasil com a imigração. Por isso, vamos recorrer a autores como: Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, que explicam como se deu a relação do Brasil com as potências da época e

como ocorreu o processo de substituição de mão de obra escrava negra pela branca europeia. Também usaremos: Boris Fausto, Lilia Schwarcz, Pedro Ruivo, Erick Zen, entre outros, que se debruçam sobre o estudo de imigração, e que ajudarão a compor a base teórica.

A metodologia utilizada para o presente trabalho, será utilizado método de pesquisa exploratório de caráter descritivo, pois para a realização deste trabalho, faremos a análise do primeiro governo Vargas e como ele se portou com relação aos imigrantes em questão. E para isso, usaremos também a metodologia de levantamento bibliográfico e pesquisa descritiva para que possa ser feita a análise dos dados levantados, ou seja, uma pesquisa qualitativa.

O primeiro capítulo do trabalho fará uma retomada histórica para entender quais fatores foram determinantes para se propiciar a vinda de mão de obra livre estrangeira russa e polonesa para o Brasil. No segundo iremos ver como se deu a vinda de mão de obra estrangeira para o Brasil e analisaremos mais a fundo, como o governo Vargas se aparelha e aplica políticas de cunho centralizador, para que em 1937 se pudesse por em ação uma nova ideologia de Estado e cidadão, passando a reprimir qualquer um que fosse contrário a sua nova proposta nacional. Veremos como as comunidades russas e polonesas se portaram diante disso, em especial com o Decreto Lei N° 383 de 1938. Também falaremos sobre a questão dos judeus durante o Estado Novo faremos uma análise sobre os efeitos que tais medidas tiveram no relacionamento entre Brasil, Polônia e Rússia.

CAPITULO 1 - HISTÓRICO BRASIL PRÉ VARGAS

Neste capítulo busca-se entender os principais fatores que foram determinantes para o início do deslocamento de mão de obra europeia em massa para o Brasil no final do século XIX e início do XX, em especial para estado de São Paulo, que passava pela fase de expansão da economia cafeeira e mais tarde, se torna palco dos movimentos fabris e lidera o início da industrialização. Para isso, analisaremos as principais medidas tomadas pelo governo brasileiro para substituição de mão de obra africana e como se deu a chegada desses novos imigrantes no país.

Tendo-se já claro o papel que o imigrante branco terá para o Estado, analisaremos também uma leva de imigrantes não convencionais para imigração, por estes virem em pouco contingente e por não atenderem as características desejadas pela elite, como será abortado posteriormente. Nesta categoria de imigrantes denominada de minoria étnica, nos concentraremos nas comunidades russas e polonesas. Assim sendo, poderemos ver como se deram as relações entre Brasil com Polônia e URSS (atual Rússia), como as comunidades russas e polonesas vieram para o Brasil e de que modo estas se articulavam enquanto comunidade, em especial no Estado de São Paulo. Além disso, poderemos entender quais fatores contribuíram para que após 1930, estes imigrantes, encarados em um primeiro momento, como positivos à economia e ao projeto de trazer avanço, por intermédio do branqueamento da sua população, começassem a serem vistos como empecilho ao desenvolvimento da nação e serem taxados como ameaça ao novo projeto que Getúlio Vargas desejava empreender em sua população. Povo com uma nova identidade nacional, dotada com valores nacionais fortes e sentimento de pertencimento à nação.

1.1 - Começo das leis migratórias no Brasil

O período que data da metade dos anos 1850 e se estende até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, é o período onde o Brasil se torna um dos principais destinos para pessoas de diversas raças, etnias e religiões, que vieram para o Brasil, em um primeiro momento para fugir das crises e guerras, ocorridas principalmente na Europa e mais tarde Ásia, para tentar melhores condições de

trabalho no novo continente. Para se ter claro o que vem a ser esse processo de transferência de mão de obra de um país, conhecido como imigração, (RUIVO,2006) conceitua imigração dizendo que:

A consciência de que as migrações são um fenómeno social e, portanto, uma realidade complexa, una e indivisível (...) “A migração é o resultado de decisões individuais ou familiares, mas também faz parte de um processo social. Em termos económicos, a migração é tanto um fenómeno mundial como o comércio de mercadorias ou de bens manufacturados. Designa o movimento das populações, mas faz parte de um modelo mais vasto e é um sinal de relações económicas, sociais e culturais em transformação. (Fonds des Nations Unies pour la Population, 1993. S.I).

A partir dessa afirmativa, podemos elucidar como a conjuntura internacional favoreceu a vinda de imigrantes para o Brasil, visto que, com a Europa no século XIX estava passando por fortes crises decorrentes do processo de unificação de seus territórios e governos, que estavam envolvidos em conflitos e crises, tais como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – e seus desdobramentos – fez com que o cenário na América Latina e em especial o Brasil, fossem vistos como locais interessantes para estabelecer-se. O governo da República Velha, que vigorou a partir da Proclamação da República, em 1889, já vinha praticando a política de expansão do plantio de café e investiam em políticas de incentivo à vinda de estrangeiros, com objetivo de preencher postos de trabalho nas lavouras e ocupar território na região sul do país. Com a intensificação da pressão externa no governo, pela substituição da mão de obra escrava, os empresários donos de terras teriam que buscar alternativas junto ao governo para que a demanda por trabalho em suas terras fosse suprida.

Estes imigrantes vindos entre 1851-1934 eram encarados pela elite agroexportadora do país como peças fundamentais para a economia, que passava por um momento de grande expansão com a produção de sua principal *commodity* da época, o café. Mais tarde, parte desses trabalhadores foram encaminhados para servirem também mão de obra para as fábricas das cidades. Junto a isso, estes também faziam parte do projeto de branqueamento da população brasileira,

elaborados pela elite dominante, com teorias eugenistas¹ que desejava afastar a imagem de atraso, que, segundo alguns pensadores da época, atrelava-se diretamente à sua composição multiétnica.

A imigração não deve ser encarada somente como um meio de atrair os elementos capazes de auxiliar o desenvolvimento econômico do país, mas, principalmente, como fator de formação da nacionalidade. Conselho de Imigração e Colonização. (Boletim do Departamento de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, Ano I, nº 1, Janeiro de 1940,p.07).

A história da imigração para as zonas cafeeiras de São Paulo se inicia no segundo reinado (1840-1889), mas tem maior impacto nos anos pós-proclamação da República. A primeira política adotada pelo governo foi a Lei de terras, aprovada em 1850, que tinha por objetivo organizar a forma com que as terras públicas seriam distribuídas. A partir de então as terras da coroa seriam vendidas e não mais destinadas à doação, como ocorrera com as sesmarias. A venda de terras foi uma das estratégias que os cafeicultores brasileiros tiveram para atrair mão de obra estrangeira, pois com a venda das terras por um preço elevado, os imigrantes mais pobres não conseguiriam adquirir terras e seriam direcionando-os para o trabalho em suas lavouras (FAUSTO, 2012). Além disso, a lei também proibia imigrantes que tivessem suas passagens custeadas pelo governo brasileiro de adquirirem terras pelo prazo de três anos. Somado a isso, a lei também tinha por finalidade forçar o registro das propriedades e o prazo para adquirento de terras afastaria a ascensão do imigrante a proprietário de terras.

É válido lembrar também, que a grande onda de imigração só se inicia a partir da segunda metade do século XIX, pois para suprir a demanda interna, os fazendeiros do centro sul do país, primeiro usaram a estratégia de comprar escravos do mercado interno, buscando mão de obra de regiões que estavam em decadência durante a metade do século XIX. Não tendo sucesso, partiram para a estratégia que

¹ Para o professor Prof. José Roberto Goldim, eugenia é estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente. Para maiores detalhes, ver: GOLDIM, José Roberto. **Eugenia**. UFRGS. 1998. Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/bioetica/eugenia.htm>> Acessado em 22 de out. de 2015

consistia na introdução da mão de obra imigrante europeia pelo sistema de parcerias², em 1847, porém este não obteve sucesso e acabou em pouco tempo.

A política de incentivo à vinda de imigrantes se deu como reflexo da crise no regime escravocrata, o que ocasionou a escassez de mão de obra para suprir a crescente demanda dos cafezais. A pressão para que o Brasil abolisse a escravidão se intensifica com a lei de proibição de importação de mão de obra negra para o Brasil de 1826, quando a Inglaterra pressiona o Brasil a assinar um tratado que proibia o tráfico negreiro no território nacional. Isso ocorre, pois a Inglaterra, que tinha interesse em consolidar o sistema capitalista, baseando-se nas vantagens comparativas de David Ricardo e a mão de obra escrava não seria benéfica para o sistema de livre mercado, com base no trabalho com mão de obra assalariada. FAUSTO (2012).

Mesmo com pressão inglesa, a lei não foi efetiva no primeiro momento. O que ocasionou reação por parte da Inglaterra, que reagiu à ação no Brasil, atacando navios brasileiros suspeitos de tráfico negreiro. A relutância do Brasil para aplicar efetivamente as leis para o fim do tráfico de mão de obra africana, fez com que o governo inglês baixasse uma lei conhecida como a lei Bill Aberdeen³. A medida dava o direito da Marinha inglesa de tratar os navios negreiros como navios piratas, que poderiam ser presos e julgados conforme as leis inglesas. Tal ação repercutiu nos dois países e causou descontentamento no Brasil e na Inglaterra, que condenavam o papel de “guardiã moral do mundo” por parte da coroa inglesa.

O governo brasileiro só muda com relação a questão da escravidão a partir de 1850, quando é assinada a lei Eusébio de Queiros⁴, que imporia leis de fiscalização

² Fausto (2012, p.176) afirma que a história da imigração passou por alguns ensaios, começando em 1847, quando Nicolau Vergueiro, fazendeiro, que trabalhava no comércio de escravos iniciou testes usando recursos do governo imperial, onde trouxe os primeiros imigrantes alemães e suíços para suas fazendas e latifúndios do oeste paulista. No entanto esses imigrantes, que também iam concentrar-se no cultivo do café, trabalhavam no sistema de parcerias, onde o lucro ou prejuízos anuais eram divididos com o dono das terras. A experiência não teve êxito, pois houve muitos questionamentos por parte desses europeus com relação ao modo a qual eram submetidos, sendo estes, censurado de corresponder-se com suas famílias na Europa, assim como também, locomover-se nas fazendas, o que causou atrito e revoltas, sendo a mais conhecida a de 1856, na fazenda Ibicaba, na região de Limeira, interior paulista, onde Vergueiro era proprietário. A partir daí as tentativas de parceria acabaram e foi iniciado o sistema de colonato.

³ Lei Bill Aberdeen (1845) – nome em referência ao lorde Bill Aberdeen, ministro das relações exteriores do governo britânica da época.

⁴ Em 1848, Eusébio de Queirós acende como ministro da justiça do Brasil e outorga a lei que endurecia a fiscalização ao tráfico negreiro feita em 1831. A lei passava a considerar os traficantes de escravos como piratas e os infratores seriam julgados por tribunais especiais. Ao contrário do que ocorrera em 1831, a lei agora tem mais efetividade, entrando em vigor em setembro de 1850. O

mais severa aos traficantes de escravos. Paralelo a isso, este é o mesmo período que o Brasil passa pela expansão da cafeicultura e o momento que o país planeja sua projeção no cenário internacional, fortalecendo seus laços com potências, tais como Estados Unidos e Inglaterra, onde projeta sua política externa para inserir-se no Sistema Internacional.

Para entender melhor a questão de barganha entre Estados e como eles fazem para conseguir atingir seus respectivos objetivos, o americano Robert Putnam (2010) elabora uma teoria conhecida como os jogos de dois níveis, que fala da interação que é feita a barganha entre os Estados e suas forças internas e que, segundo ele:

[...] a luta política de várias negociações internacionais pode ser utilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. (PUTNAM, 2010, p.151).

A afirmação de Putman fica clara quando analisamos o tema e vemos como as forças internas e externas reagiram para que suas vontades fossem prevalecidas. Internamente, os cafeicultores, em um primeiro momento resistiram à troca de mão de obra em suas lavouras e no segundo momento, cobravam do governo auxílio para subsidiar a vinda de mão de obra para o país. Externamente, o Brasil busca reconhecimento no Sistema Internacional, porém, precisa mais uma vez, da ajuda da

resultado disso foi que o tráfico caiu 93,89% entre 1849 e 1851, desaparecendo praticamente a partir daí.

A resposta para essa queda está ligada a pressão externa sofrida pelo Brasil. Tanto pelos ingleses, que ameaçavam a costa brasileira, ameaçando inclusive, bloquear os portos brasileiros. Dada essa grande pressão inglesa, aliada ao fato da ameaça argentina ao sul do país, que aumentava a dependência da ajuda da marinha inglesa. Outro ponto que colaborou para o fim do tráfico de escravos foi o grande "acumulado" de mão de obra negra feito até o final dos anos 1840. O hipotecamento dos fazendeiros fluminenses aos traficantes de escravos também fez com que estes fossem mal vistos. Isso fez com que a frente anti britânica fosse enfraquecida. Outro ponto foi à ação repressiva do governo ao ato, com apoio dos conservadores. Como prova disso, temos o ato de Nabuco de Araujo (ministro da justiça entre os anos de 1853 e 1857, que fez com que o presidente da província de Pernambuco fosse substituído, devido a últimas tentativas de desembarque de escravos no litoral).

Inglaterra para se projetar internacionalmente. Como em um jogo um influencia o outro na hora da tomada de decisão e neste caso, vemos vários atores tentando ter seus interesses maximizados.

Analisando o âmbito externo, podemos observar que, assim como internamente, o país esteve envolto por importantes mudanças e processos históricos políticos sociais, principalmente a partir da primeira metade do século XIX, quando chega ao fim o período Joanino, em 1822 e o Brasil passa a ficar sobre influência da hegemonia inglesa. E que embora a Política Externa do Brasil tivesse posturas distintas em um mesmo período, onde por um lado mostrávamos uma postura submissa em relação à Inglaterra, por outro lado, o Brasil se mostrava dominante com uma postura dominante e assertiva nas questões que tocavam ao Rio da Prata, em especial durante o período da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Tal postura de subordinação com relação à Inglaterra, pode se explicar pelo fato de o país precisar diretamente da ajuda da mesma para se projetar, tanto regionalmente, quanto num âmbito internacional. Pela Inglaterra ter um poder de barganha muito forte com relação ao Brasil, fazia com que suas imposições⁵, por mais fortes que fossem, acabassem por ser atendidas.

Se tratando de Política Externa, ALTENANI (2005), usa a explicação de vários autores para conseguir conceituar o que vem a ser política externa, afirma que na visão de Manfred (WILHELMY, 1988, p.148), o termo é conceituado como conjunto de atividades políticas, mediante as quais os Estados promovem seus interesses perante outros Estados. (RUSSEL, 1990, p.255.) Além dos fatores elencados por Wilhelmy, Russel também leva em consideração a diplomacia, a estratégia militar e econômica, pois além de promover os interesses do país no Cenário Internacional, a política externa também busca defender os interesses e dos atores internos que influenciam o Estado.

A pressão inglesa e a severa queda no fluxo de escravos para o Brasil fez com que a elite cafeeira começasse aos poucos, a traçar e testar alternativas para suprir a crescente demanda por mão de obra que seus cafezais necessitavam, pois já neste período, o café estava em período de expansão. A partir da metade do século XIX, pode-se afirmar que o tráfico negreiro estaria com os dias contados, mas

⁵ Werneck da Silva (ver ano): “Quando falamos de uma dependência numa economia primário exportadora, nos referimos principalmente aos mecanismos dos empréstimos e a sua opção financeira e mercantil de ‘crescimento para fora’”.

até então a elite escravocrata não se preocupava em mudar a dinâmica de mão de obra imediatamente, pois, como aponta Fausto:

São várias as razões pelas quais os grupos dominantes se apegavam ao trabalho escravo. Destaquemos, entre elas, o fato de que não havia ainda uma alternativa viável ao trabalhador cativo na grande propriedade e a inexistência de rebeliões generalizadas de escravos. (BORIS FAUSTO, 2012, p.167).

Por não ocorrer fortes tentativas de fuga por parte dos escravos, os senhores donos de terras não tinham a preocupação em substituir a mão de obra escrava pela assalariada, pois, além de não terem opção no momento, a escravidão era financeiramente rentável. A Bahia era exceção⁶. Depois da repressão de 1835 não tiveram mais levantes. Mesmo o Rio de Janeiro, sede do império, que tinha 40% da população composta por escravos não teve levante. Outro fato que se deve por em conta é que os negros no Rio de Janeiro eram setorizados, o resultado disso foi a não preocupação em se mudar a situação de escravidão, pelo menos em um primeiro momento.

Aliado a isso, também havia a questão da implantação do plantio de café que era custosa e demorava até quatro anos para que o cafezal começasse a dar frutos, o que aumentava a resistência por parte dos cafeicultores. Mesmo depois da intensificação das leis contra o tráfico negreiro, se nota que acontece primeiro um deslocamento interno de escravos. Isso é devido ao fato de que após a primeira medida de proibição de importação de mão de obra escrava, ocorre uma grande entrada de cativos no país, deixando o mercado interno de certa forma abastecido.

A elite então opta pela transferência dos escravos dentro do território, trazendo cativos de outros lugares do país para abastecer a região dos cafezais, localizados no interior paulista e de parte do Rio de Janeiro. A dependência da mão de obra escrava africana rendeu reclamações por parte dos senhores de engenhos e plantadores de algodão da região norte e nordeste, pois estes também foram afetados pela escassez de escravos e a transferência de mão de obra para o centro

⁶ Uma exceção foi Salvador, em 1835, quando escravos e negros libertos adeptos da religião mulçumana se levantaram em Salvador, episódio conhecido com Levante dos Malês. Tal levante foi fortemente reprimido, o que incluiu pena de morte em alguns casos, assim como prisão e castigo físico, além de deportação.

sul prejudicaria os empresários locais. Somado a isso, muitos nordestinos não viam como opção as fazendas do centro sul, mas sim, as florestas do norte, que iniciava o ciclo da borracha, e muitos buscavam fazer fortuna. Isso fez com que o governo fosse forçado a pensar alternativas para suprir a mão de obra.

A relutância pelo fim da escravidão por parte dos latifundiários no Brasil se dá pela importância econômica que o momento teve e a atenção que ela requeria, pois a fase de expansão e consolidação da cafeicultura fazia parte do plano de consolidar o país no sistema agroexportador. Qualquer mudança abrupta neste sistema, tomada sem o devido cuidado, poderia por em jogo os planos de introduzir o Brasil no sistema internacional. Tal afirmação é confirmada por Darcy Ribeiro quando ele explica que:

O sistema de fazendas alcançou, com a implantação das grandes lavouras de café, um novo auge só comparável ao êxito do engenho açucareiro. Seu efeito crucial foi reabilitar o Brasil como unidade agroexportadora do mercado mundial e como um próspero mercado importador de bens industriais. Outro efeito da cafeicultura foi modelar uma nova forma de especialização produtiva e configurar um outro modo de ser da sociedade brasileira. (DARCY RIBEIRO, 2012.p.393).

Com isso podemos entender a importância que o período cafeeiro teve para a economia e história contemporânea do Brasil e saber por que foram feitas, a partir da crise no setor escravocrata, na metade do século XIX, leis que beneficiassem os cultivadores do café, dando início das leis pró-imigração, que fez com que o Brasil recebesse influência cultural dos mais variados lugares, mudando completamente a maneira a estrutura sociocultural do país.

1.2 Imigrantes no Brasil

As mudanças que os imigrantes trouxeram para o Brasil, a partir da metade do século XIX, marcaram sua sociedade – ainda em formação – onde estes se adicionaram como elemento para moldar o ideal de cidadão que se desejava empreender. Esses imigrantes passam a vir para o Brasil, a partir da formulação de leis elaboradas pelo governo, com intuito de atrair mão de obra imigrante branca

européia para o país, principalmente em decorrência do fim do tráfico negreiro em 1850, por pressão inglesa. Mais tarde, 1871, com a aprovação da lei do ventre livre, as políticas para atrair imigrantes para o país foram retomadas, porém, agora não seria mais utilizado o sistema de parcerias, mas sim o de colonato. Este período em que a economia cafeeira passava por expansão, obrigou o governo a formular políticas que servissem como alternativa a mão de obra. Foi então, a partir daí que se começa a pensar em políticas que pensassem na sucessão para a mão de obra escrava africana, para que assim fosse atendida a demanda dos produtores de café.

FIGURA 01 – Colônias oficiais no Estado de São Paulo

Núcleos Coloniais e Colônias Oficiais no Estado de São Paulo			
Denominação	Localização	Fundação	Natureza
1) Alecrim	Iguape	1933	Estadual
2) Barão de Antonina	Itaporanga	1930	Estadual
3) Boa Vista	Jacarei	1911	Estadual
4) Campos Salles	Campinas	1897	Estadual
5) Conde de Parnaíba	Mogi Mirim	1911	Estadual
6) Conde do Pinhal	Ubatuba	1907	Estadual
7) Gavião Peixoto	Araraquara	1907	Estadual
8) Itanhaém	Itanhaém	1933	Estadual
9) Jorge Tibiriçá	Rio Claro	1905	Estadual
10) Juquiá	Iguape	1933	Estadual
11) Martinho Prado Jr.	Mogi Guaçu	1911	Estadual
12) Nova Europa	Ibitinga	1907	Estadual
13) Nova Odessa	Campinas	1905	Estadual
14) Nova Paulicéia	Araraquara	1907	Estadual
15) Nova Veneza	Campinas	1910	Estadual
16) Piaguí	Guaratinguetá	1892	Estadual
17) Prainha	Iguape	1933	Estadual
18) Quiririm	Taubaté	1890	Estadual
19) São Miguel Arcanjo	Itapetininga	1933	Estadual
20) Visconde de Indaiatuba	Mogi Mirim	1911	Estadual
21) Avanhanduva	Avanhanduva	1858	Imperial
22) Barão de Jundiá	Jundiá	1889	Imperial
23) Bom Sucesso	Sorocaba	1887	Imperial
24) Cananéia	Cananéia	1862	Imperial
25) Canas	Lorena	1885	Imperial
26) Cascalho	Limeira	1885	Imperial
27) Glória	São Paulo	1877	Imperial
28) Itapura	Itapura	1858	Imperial
29) Pariquera – Assú	Iguape	1861	Imperial
30) Ribeirão Pires	São Bernardo do Campo	1887	Imperial
31) Rodrigo Silva	Porto Feliz	1889	Imperial
32) Sabaúna	Mogi das Cruzes	1889	Imperial
33) Santan	São Paulo	1877	Imperial
34) Santo Amaro	São Paulo	1829	Imperial
35) São Bernardo	São Bernardo do Campo	1877	Imperial
36) São Caetano	São Paulo	1877	Imperial
37) Senador Antônio Prado	Ribeirão Preto	1877	Imperial
38) Bandeirantes	São José do Barreiro	s/d	Federal

Fonte: FREITAS (1999) – (Org. Alexandre Vorobieff)

FIGURA 02 – Localização das Colônias oficiais no Estado de São Paulo



Fonte: IBGE (Org. Alexandre Vorobieff)
Boletim do Departamento de Imigração e Colonização – DIC

Queiroz (1996) Fausto (2012) e Bueno (2013) concordam que a vinda de imigrantes nesse período deveu-se em grande parte à agonia que o sistema escravista passava. Porém, a prioridade desses imigrantes concedida principalmente aos italianos, portugueses e espanhóis, por estes atenderem as características de imigrantes ideais que a elite pedia⁷. Branco europeu ocidental, latino e católico-romano. Mas isso não impediu que viessem outros europeus das mais variadas étnicas – que serão tratados posteriormente – tais como os alemães e japoneses, que, depois dos e os portugueses, espanhóis, vieram no maior volume.

Bueno (2013) também explica que embora se tivesse interesse principalmente por certas nacionalidades, a vinda de outros imigrantes também foi incentivada, pois:

[...] a legislação da Primeira República acerca da imigração estava apenas preocupada com a questão econômica, do “imigrante-trabalho” e na ocupação do solo (Viana, apud Bueno2013), ou seja, procurava apenas o sujeito competente para um determinado fazer. (BUENO,2008,p.4).

⁷ Além dos fatores específicos que se refere à cor, a questão da proximidade com o idioma – de origem latina – facilitaria na absorção e assimilação da cultura.

O imigrante almejado pelo Brasil teria que estar apto à atuar como força produtiva nas fazendas produtoras de café e também para o povoamento das regiões do sul do país, pelo sistema de colonato, por isso se vê o incentivo a imigração de outras etnias europeias.

O período de incentivo à vinda de estrangeiros não se deu exclusivamente no Brasil, pois como aponta SCHWARCZ (2012) o Brasil precisou concorrer imigrante com outros países que também buscavam mão de obra europeia, entre eles temos o México, Argentina e Estados Unidos.

Nesse período compreendido a partir da segunda metade do século XIX, o Brasil fez muitos esforços para se tornar competitivo em atrair mão de obra imigrante. Veremos isso no final do século, quando a sociedade começa a se transformar de forma mais intensa. O reflexo disso também é sentido na política externa do país, que passa a articular sua diplomacia com Estados da Europa, a fim de facilitar a vinda de trabalhadores. Entretanto, a mesma esbarrava em certas dificuldades, muito em decorrência da sua imagem escravocrata e o desastre que foi o sistema de parcerias. Devido a isso, o país recebeu a fama de ser inóspito por alguns países, que foi reforçado pelas campanhas contraria a imigração para o Brasil que algumas empresas de imigração para os Estados Unidos e colônias europeias promoveram contra o Estado brasileiro. Outro ponto que contava contra o país era relacionado ao trabalho que o imigrante recém-chegado faria e que pudesse resultar em investigações de governos europeus sobre a condição de vida de seus colonos tinham no país, onde dado o cenário de exploração que se observava no país, fez com que e em alguns casos os nacionais fossem proibidos ou aconselhados a não imigrar.

(Cervo e Bueno, 2002) também afirmam que o Brasil precisava progredir em algumas áreas para avançar em prol uma sociedade pluralista. Assim como também precisava-se revogar suas leis de semi escravidão nas relações sociais.

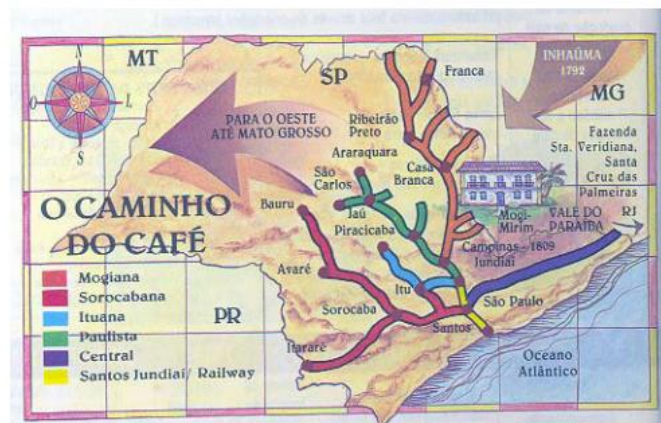
A vinda desses imigrantes selecionados seria como parte de uma política racista, que via o branqueamento da população como parte indispensável do plano de criar um país europeizado. A elite temia que se não fossem essas medidas de clareamento da população, corria-se o risco de ver a população branca ser suprimida pelos negros e mulatos. A afirmação se confirma quando Chaves (2013) explica que:

A imigração, para o governo brasileiro parecia à salvação, pois resolveria o problema da mão de obra na lavoura, promoveria o “embranquecimento” e também poderia se bem planejada, propiciar a ocupação das grandes áreas despovoadas, principalmente no sul do país, onde as lutas de fronteiras com os países vizinhos já se mostravam preocupantes. (CHAVES, 2013. pág.07).

A atração de mão de obra buscava resolver vários dilemas que a nossa sociedade vivia e depositava na vinda do imigrante sua esperança de que com sua mão de obra especializada trouxesse avanços ao país.

A partir da expansão do café, observa-se que o governo adéqua a sua política interna⁸ passa a investir na estrutura logística para a facilitação do escoamento da produção e facilitação de acesso às terras pelos imigrantes que chegavam. Calcula-se que o setor cafeeiro foi responsável pelo investimento significativo nas estradas de ferro feitas com material inglês. Estima-se que foram construídas (233 km em 1860, 745 em 1870 e 3.398 em 1880 e 9.937 em 1890)⁹ pelo estímulo a imigração livre, pela formação de novos centros urbanos e consequente da diversificação social e pelo pela influência de várias culturas. Imagem a seguir:

FIGURA 03 – O Caminho do Café¹⁰



Fonte: SÃO PAULO: 110 anos de industrialização, EDITRÊS, 1992.

⁸ Pode-se dizer que a política interna de um Estado é reflexo da demanda feita por parte dos atores mais influentes do Estado, e que refletem na política externa do país, para que as demandas destes sejam atendidas.

⁹ Ver AMADO, Cervo e BUENO, Clodoaldo. Ver **História da Política do Brasil** Ed UnB.2012.

¹⁰ (Figura 03). Principais estradas de ferro que levavam os imigrantes para a lavoura de café do interior paulista. A Estação de trem Central do Brasil também era utilizada para o deslocamento de imigrantes no eixo Rio de Janeiro/São Paulo.

Como o findar do século XIX e o crescimento do plantio do café, aliado a vinda da força de trabalho europeia, consegue-se vislumbrar conforme afirma Caio Prado (2000) a consolidação da nova *commodity*. Aliado a isso, começa uma grande trajetória que transformaria o país no decorrer do século em curso. Tudo isso são os primeiros sinais de modificações profundas que se operariam em seguida. O eixo econômico do Brasil se descola definitivamente do nordeste¹¹ e Minas Gerais¹² para onde compreendia as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo e as regiões de Minas Gerais limítrofes destas.

Entretanto, mesmo com subsidio do governo custeando a passagem e transporte para a fazenda, a entrada de imigrantes no país foi muito menor do que a esperada. Sendo registrada apenas a entrada de 10.455 pessoas entre 1875 e 1879. Em 1874 começaram a chegar os primeiros italianos, que, inconformados com as condições de vida que foram obrigados a se sujeitarem no novo país, fez com que estes retornassem a suas terras. Em 1885 o próprio governo italiano começou a aconselhar seus nacionais a não imigrarem para o Brasil, por ser este um lugar descrito como inóspito e insalubre.

Tal ação do governo italiano fez com que a elite cafeeira reagisse. Em 1886, é fundada A Sociedade Promotora da Imigração, comandada pelos irmãos Martinho Prado Jr e Antonio da Silva Prado. A empresa comandada pelos irmãos tinha por objetivo traçar estratégias para atrair mão de obra para o país. Para tanto foram confeccionados folhetos em português, alemão, italiano promovendo São Paulo e falando das vantagens do país, quando comparados com outros Estados que também estavam buscando imigrantes, tais como Argentina e Estados Unidos, por exemplo. O Brasil, entretanto não citava a escravidão existente no país e para ajudar na busca por imigrantes, foi aberto um escritório em Genova, no norte da Itália.

A atração de imigrantes se fez por meio de companhias particulares sem fins lucrativos subsidiados pelo governo paulista. Em 1884 é elaborada uma lei que cria uma taxa anual sobre escravos alocados na agricultura que previa que se o cativo fosse destinado a outros fins, o imposto seria pago em dobro. A renda desse imposto seria repassada para subsidiar os serviços de imigração.

¹¹ Ciclo da cana de açúcar.

¹² Mineração.

Conforme afirma DARCY RIBEIRO (2012) até antes de 1880, o Brasil não foi exitoso no assunto de atrair mão de obra estrangeira. Somente a partir dos dois últimos decênios do século que veio um considerável número de imigrantes para o país. Onde conta-se que veio neste período até 450 mil estrangeiros para o Brasil. Número muito maior que o do começo da imigração livre. Isso, aliado ao encarecimento da mão de obra escrava africana e o cada vez mais crescente incentivo à substituição da mão de obra escrava pela estrangeira branca assalariada, somada os esforços do governo para atrair trabalhadores europeus para o país, aos poucos faz com que os imigrantes, que até 1860 chegaram de maneira tímida no país, comecem a vir cada vez em maior número. Principalmente italianos, portugueses, espanhóis e também, alemães e mais tarde japoneses, além de outras nacionalidades que vieram em menor número. Chegaram cerca de 230 mil estrangeiros de outros contingentes (minorias étnicas, na sua maioria eslava, no período de 1886 e 1920). Entre eles, boa parte é direcionada a trabalhar no Estado de São Paulo.

Tabela 01 - População estrangeira (1819-1940)

Nacionalidade	1819-1883	1884-1940	Totais
Alemães	62.327	190.645	232.972
Austríacos	8.404	85.790	---
Franceses	8.008	32.373	---
Espanhóis	15.337	581.178	597.055
Ingleses	6.678	23.745	40.381
Italianos	96.018	1.412.263	1.508.281
Iugoslavos	---	22.838	22.838
Japoneses	---	185.799	185.799
Poloneses	---	47.765	47.765

Portugueses	223.626	1.204.394	1.428.020
Russos	8.835	108.121	116.956
Sírios	---	20.507	20.507
Suiços	7.289	10.270	17.559
Turcos	---	78.455	---
Subtotal	436.522	3.984.683	4.418.133
Outras nacionalidades	110.128	174.034	284.162
Total geral	546.650	4.158.717	4.705.367

Fonte: IBGE, 1986; Witter et al. (apud Sevcenko, 1998)

Tabela 02 - População total e população estrangeira (1872-1920)

Censo	População Total (Em Mil Habitantes)	População estrangeira (em mil habitantes)
1872	10.112	383
1890	14.334	714
1900	17.436	1.296
1920	30.636	1.651

Fonte: Santos, 1973:263

Tabela 03 - Imigração total em São Paulo (1884-1920)

Período	Brasil	São Paulo
1884-1887	145.880	53.023
1888-1890	304.054	157.781
1891-1900	1.129.315	733.335
1901-1920	1.469.095	857.149

Fonte: Santos,1973

FIGURA 04 – Principais portos brasileiros que recebiam os imigrantes



Fonte: IBGE (organização – Alexandre Vorobieff)

Também se deve adicionar o aumento significativo de imigrantes ao país pelo esforço que o governo fez para atrair força de trabalho, onde começa a custear as passagens para famílias virem para o Brasil e também mais tarde, os custos da hospedaria na capital paulista (figura 05) por alguns dias, até que este recém-chegado imigrante fosse encaminhado para as fazendas. A crise que o continente europeu passava na época também ajudou a aumentar o número de europeus interessados em construir uma vida no continente americano.

FIGURA 05 – Propaganda da Hospedagem do Imigrante SP



Foto 2. Perspectiva esquemática da Hospedaria de Imigrantes, s/d.

Fonte: Acervo Iconográfico do Memorial do Imigrante.

Estes novos brasileiros foram introduzidos na construção do Brasil contemporâneo como peça chave, pois, ao mesmo tempo em que vieram substituir a mão de obra, até então escrava no Brasil, também tiveram um papel fundamental no projeto de formação da nova identidade brasileira. A figura do imigrante foi construída cuidadosamente pela elite e teve papel importante na formação da imagem do Brasil e na sua projeção no cenário internacional.

A mão obra escrava africana não poderia ser substituída enquanto a estrangeira não viesse para substituí-la. Por isso, a imigração livre foi um das principais metas do governo desde a independência. Durante a época levantou-se o questionamento do porque não se reaproveitar a mão de obra negra – agora livre – disponível ou da gente vinda das áreas pobres do nordeste. A resposta que Boris Fasto (2012) diz que:

[...] a resposta à primeira pergunta envolve dois aspectos: de um lado, o preconceito dos grandes fazendeiros dificultava ou até mesmo impedia que eles imaginassem a hipótese de mudança de regime de trabalho de massa escrava; de outro é duvidoso que, após anos de servidão, os escravos estivessem dispostos a ficar em uma situação não muito diversa das que tinham... A resposta à segunda pergunta tem que ver com a argumentação racista que ganhou a mentalidade dos círculos dirigentes do império a partir de autores europeus como Buckle e Gonineau. Eles não desvalorizavam

apenas os escravos os ex- escravos. Os mestiços nascidos ao longo da colonização portuguesa eram também considerados seres inferiores, e a única salvação para o Brasil consistiria em eupeizá-lo o mais depressa possível. (FAUSTO, 2012, pag. 176)

Além do plano de alocar mão de obra branca europeia como modo de europeizar a população brasileira, os produtores de terra dessa época não queriam realocar ex-escravos em suas propriedades, pois, agora, com a chegada dos imigrantes, os produtores não precisariam utilizar a sua mão de obra. O que por consequência obrigou essa agora força livre de trabalho fosse se concentrar nos grandes centros urbanos recém-formados e ficasse aos poucos, a margem da sociedade.

1.3 Minorias étnicas

Além dos tradicionais países que já imigravam para o país, o governo brasileiro para motivar a vinda de trabalhadores para o país facilitou que vários Estados tidos como não tradicionais para imigração, também viessem para o país. Podemos citar países como Suíça, Bélgica e Áustria e mais ao leste do continente tiveram imigrados vindos da Albânia, Lituânia, Rússia (Antiga URSS), Polônia, Iugoslávia, Bielorrússia, Letônia, Ucrânia, entre outros. Do oriente médio e norte da África destacam-se: sírios, libaneses turcos e marroquinos.

No processo de imigração, temos sempre um grupo expulso do seu local de origem, por diversos motivos, de ordem natural (extremos climáticos, desastres naturais freqüentes ou fenômenos sazonais) ou antrópica (guerras, revoluções, distúrbios econômicos, perseguições étnicas, religiosas, etc.), No século XIX, o campo foi a principal área de atração de imigrantes. (VOROBIEFF, 2006, p.20)

Esses imigrantes, mesmo sem atender o ideal de estrangeiro que o Brasil busca atrair para seu território, não tiveram dificuldades de entrar no país, pois naquele momento, como já foi visto, o governo não tinha uma política restritiva quanto à chegada e classificação de determinadas nacionalidades, levando-se em consideração somente o fator cor de pele e disponibilidade para trabalho. Acredita-

se que o governo brasileiro aceitou esses imigrantes por acreditar que estes seriam absorvidos pela cultura e costumes do Brasil, ou até mesmo pensavam que, chegando aqui os imigrantes abandonariam suas culturas e bagagem cultural para poder viver uma nova experiência.

Para que possamos nos aprofundar no assunto, precisamos ter claro o conceito de minoria étnica, para que assim, seja feita uma análise mais detalhada, para podermos enquadrá-las e dar continuidade ao presente trabalho. Segundo Moreno (2009), minoria étnica é um grupo que não apresenta dominância quando comparado ao restante da população. Porém, não existe consenso no que diz respeito à mensuração para que um grupo seja intitulado de minoria étnica.

A autora também enquadra definições emprestadas da sociologia e da antropologia para que se entenda melhor o tema e explica que:

Todavia, no aspecto antropológico, a ênfase é dada ao conteúdo qualitativo, referindo-se aos subgrupos marginalizados, ou seja, minimizados socialmente no contexto nacional, podendo, inclusive, constituir uma maioria em termos quantitativos [...] Dessa forma, para ser objeto de tutela internacional, a minoria deve, necessariamente, ser caracterizada pela posição de não dominância que ocupa no âmbito do Estado em que vive. (MORENO, 2009, pág.152).

Analisando antropologicamente, minoria étnica é descrita tanto pelo fator quantitativo quanto qualitativo em relação a uma sociedade. Ou seja, o grupo não precisa estar em minoria frente ao resto da população. Os imigrantes que chegaram ao Brasil, embora fossem em um primeiro momento tidos como importantes do período econômico do país, mais para frente, veremos como essa discrepância cultural influenciou para que esses novos brasileiros passassem a serem mal vistos pela sociedade e taxados como perturbadores dos interesses nacionais que Getúlio Vargas desejava empreender.

Após a Segunda Guerra Mundial, a questão das minorias étnicas também entra em discussão, em especial o grupo de minorias que a partir daí, começa-se a pensar em legislações que protejam e resguardem os direitos destes nacionais. Para isso, foi preciso caracterizá-los de uma forma mais equânime. Para isso, foi celebrado o Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos, sobre esse tema, MORENO (2009) também expõe que:

O Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos, muitas vezes criticado, traz em seu dispositivo já transcrito alhures, somente questões acerca das minorias étnicas, linguísticas e religiosas. As minorias étnicas são grupos que apresentam, entre seus membros, traços históricos, culturais e tradições comuns, diferentes dos verificados na maioria da população. Minorias linguísticas são aquelas que usam uma língua, sem levar em consideração se esta é escrita ou não, distinta da língua da maioria da população ou da adotada oficialmente pelo Estado. (MORENO, 2009, pág. 152)

Segundo a afirmação acima, podemos observar que os grupos de imigrantes que vieram para o Brasil, em especial os oriundos de países que não possuem o idioma derivado da língua latina, tais como o alemão, japonês, russo polonês e árabe, por exemplo, por mais que não fossem enquadrados em um primeiro momento como minorias étnicas, assim como foi o caso de alemães e japoneses que migraram em um número expressivo para o Brasil, no segundo momento, estes imigrantes entrariam no grupo de minorias linguísticas, juntamente com turcos e albaneses. Isso aconteceria, pois, mesmo no período anterior a Vargas, esses grupos de minorias linguísticas seriam encaminhados para colonizar partes inabitadas do sul do país, e com isso faria com que estes não absorvessem a cultura nacional, pois, se fecharam em comunidades onde tinham total liberdade de manter suas tradições, idiomas e cultura. Após Vargas, entrariam no grupo de minorias linguísticas, visto que a língua oficial do país é o português. Porém o trabalho só vai se focar nas minorias étnicas.

Dentre as mais variadas culturas e nacionalidades que tiveram um papel relevante na construção da identidade multi étnico/cultural que o Brasil apresenta hoje, focaremos nas comunidades russa e polonesa que se localizaram no Estado de São Paulo.

As duas comunidades serão estudadas a seguir devido ao fato destas terem sido significativamente importantes na formação da sociedade paulista no período onde a cidade passava por seu momento de industrialização, início dos movimentos fabris e pela possível influência soviética, que russos e poloneses, poderiam ter. Aliado a isso, alguns russos que eram ligados ao sindicalismo e por possuírem uma organização cultural tida como suspeita pelo governo de Getúlio Vargas passaram a ser vigiados, rotulados e encarados como inimigos da nova proposta de estado que o presidente passava a empreender.

1.4 Russos e Poloneses no Brasil

A Rússia durante a sua história recente passou por muitas transformações históricas importantíssimas, que culminaram em grandes êxodos e diáspora de suas terras. E entre essas grandes transformações que o século XX teve, uma delas acabou por direcionar uma parte de seu povo para o Brasil.

Oficialmente, os países celebram oficialmente início de suas relações diplomáticas desde 1825, entretanto, os dois países já possuíam contato desde a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808. No mesmo ano, a corveta Diana, sob o comando de Golovin, ancorou no porto do Rio de Janeiro para consertos e abastecimento Verobieff (2006). Nesse período do início do século XIX, os portos brasileiros recebem os dois navios de origem russa chamados “Nadejda” e “Niva”, que estavam a realizando a primeira expedição de volta do mundo realizados pelo governo russo.

Já as relações econômicas entre os dois países também se iniciam no século XIX, onde os dois países comercializavam matérias primas. O Brasil exportava café, açúcar madeira e cacau e importava da Rússia produtos derivados do ferro. A relação com os dois países foi intermediada pelo médico e diplomata russo, Georg Heinrich Von Langsdorff (Langsdorff) (1774 - 1852). Langsdorff foi o intermediário direto das relações com os dois países, passando relatórios para o governo do império russo sobre suas atuações no Brasil (KOMISSAROV,1997)

Além de preocupar-se com a relação dos dois Estados, Langsdorff também foi responsável pela expedição que fora batizada com seu nome e que tinha por objetivo desbravar a Amazônia. Em 1825, o governo russo reconhece o Brasil como país independente de Portugal. Porém, segundo o historiador russo, Boris Komissarov, os países só começam a estreitar as relações no fim de 1826, motivado por pressão inglesa, uma vez que o governo russo, que precisava melhorar suas relações com o governo inglês, considerou que reconhecer o Brasil seria bem visto aos olhos ingleses, pois, eles desejavam afastar ares bolivarianos da América Latina e ter o reconhecimento do governo russo seria muito importante para o Brasil. Tal afirmativa é confirmada quando Komissarov descreve o diagnóstico de Langsdorff, onde o diplomata constata que:

Realizava-se também o prognóstico de Langsdorff quanto à aproximação política russo-brasileira. No fim de 1826, a Rússia começou, finalmente, a inclinar-se a reconhecer o Brasil. As causas foram várias. O agravamento das contradições russo-turcas obrigava São Petersburgo a melhorar as suas relações com a Inglaterra, e, em particular, não opor resistência ao seu desejo de consolidar o estatuto internacional do Brasil... O estabelecimento de relações diplomáticas com o Grande Império do Norte deveria consolidar a monarquia no Brasil, onde era forte o movimento republicano, apoiado pelos países vizinhos. (Boris Fausto, pág. 21, 1997).

A partir de 1827, os dois países começam os contatos entre Rio de Janeiro e São Petersburgo e tal relação só foi interrompida em 1917, com a revolução Bolchevique, onde se inicia a URSS¹³.

Vorobieff (2006) aponta que três motivos levaram os russos a imigrar. O primeiro foi a crise na Rússia, decorrente dos desdobramentos causados pela Guerra Russo-Japonesa (1904 -1905), onde depois de perderem a guerra para o Japão, se agrava ainda mais a situação política interna do país. Além do fator político, também é visto por parte da Igreja Ortodoxa certa intolerância com grupos minoritários do país. Como é o caso dos chamados velhos crentes (старо верий). O terceiro motivo que influencia a vinda de russos para o país é pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Revolução Russa em 1917.

O autor também afirma que A imigração russa para o Brasil é constante desde a segunda metade do século XIX, mantendo-se significativa até meados do século XX. Por fim, o autor explica os fatores da imigração quando relata que:

O final das perturbações da primeira década do século XX seria seguido de outra década bastante conturbada, marcada pela I Guerra Mundial e a Revolução Russa, que levaria a Rússia a se tornar União Soviética. Esse período foi caracterizado pela expulsão de muita gente das terras russas. No período, houve uma nova fuga do país composta por velhos crentes (старо верий), mas a maior parcela de migrantes era composta por representantes do exército branco 44, militares de diferentes categorias (exército, marinha e aeronáutica); principalmente os de altas patentes, além de muitos opositores ao novo regime, como grandes proprietários de terras, empresários dos mais variados setores econômicos, do clero e representantes da elite intelectual do país. Durante esse período, as três principais rotas utilizadas pelos imigrantes russos foram: as do porto de São

¹³ URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) é a sigla criada em 1922 pelo líder da revolução russa, Vladimir Lênin. A federação era resultado da união de várias repúblicas que estavam sobre liderança Russa, entre elas temos a Ucrânia, Geórgia e Armênia, totalizando 15 países. O sistema durou cerca de 74 anos, tendo momento de maior participação no equilíbrio de poder no pós Segunda Guerra Mundial, onde ocorre uma disputa ideológica contra o sistema capitalista, liderado pelos Estados Unidos. Em 1991 ocorre a dissolução da URSS.

Petersburgo e região – através do Golfo da Finlândia, mar Báltico -, a do porto de Sevastopol (Criméia) – atravessando o mar Negro, mar de Mármara (Turquia), mar Egeu, mar Mediterrâneo -,esses dois localizados na parte europeia da Rússia, enquanto que na parte asiática (Sibéria), os russos foram para a China (Manchúria) e daí partiram para várias partes do mundo.(VOROBIEFF, 2006,p.26)

FIGURA 06 – Principais portos de partida de migrantes russos para o Brasil



Principais portos de embarque:

- ❶ – São Petersburgo (Rússia) – principal porto russo do norte, porto de partida de muitos migrantes no período pós – revolução bolchevique.
- ❷ – Os portos dos países bálticos, foram ponto de partida de russos para o Brasil, na década de 1920.
- ❸ – Bremen (Alemanha) – Na segunda metade da década de 1940, os deslocados de guerra, partiam desse porto rumo à América.
- ❹ – Gênova (Italia) – Os portos da Alemanha eram insuficientes para atender os deslocados de guerra, assim muitos foram encaminhados para a Itália e de lá partiram.
- ❺ – Sevastopol (Ucrânia) – Porto de partida ao sul dos migrantes do pós – revolução.

Fonte: VOROBIEFF (2006.p.24).

Já as relações com a República da Polônia – diferentemente da Rússia, que já era considerada um império – se estabeleceram antes mesmo da Polônia ser independente e fazer parte dos mapas políticos da Europa, pois, a Polônia entre os anos de 1795-1918, foi ocupada pelos seus países vizinhos – Rússia, Áustria e Prússia. As relações com o Brasil começaram durante o governo de Dom Pedro I, que era simpático à independência polonesa assim como também, D. Pedro II, que foi favorável à causa e se tornou membro da associação patriótica polonesa de emigração. O Brasil na época já praticava políticas de incentivo à vinda de mão de obra estrangeira. Outros pontos importantes que tocam a diplomacia dos dois

países foram quanto à atuação do Brasil em Haia, em 1907 onde o Brasil, representado por Rui Barbosa defendeu a restauração e independência da Polônia. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a Polônia como um país livre, em 1918. Tal assertiva é confirmada por Jerzy Mazurek, que afirma:

Portanto, não é estranho o fato de que o Brasil foi o primeiro país da América Latina que proclamou "o reconhecimento da criação da Polônia unificada e independente". Esta posição foi apresentada em 17 de agosto de 1918, em uma nota do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Nilo Peçanha, ao legado francês no Rio de Janeiro, Paul Claudel. Neste documento também se encontra a afirmação de que o Brasil reconhece juntamente com os outros países aliados, seu [isto é, da nação polonesa] órgão legítimo, o Comitê Nacional em Paris, dando ao Comitê Central no Brasil, escolhido pelos poloneses em eleições livres, a autoridade para representar a nação polonesa e para emitir certificados de nacionalidade (Mazurek, S.I, p.2).

Aliado ao fato do Brasil reconhecer a Polônia como país livre, a relação do país com seus nacionais que migraram para o Brasil eram de muita proximidade, pois dado o grande número de desempregados, o governo polonês incentivava a imigração para o Brasil. Em 1921, o então primeiro presidente da Polônia, Józef Piłsudski, reforça a importância dos laços entre os dois povos e fala sobre a relação com os imigrantes que vieram para o Brasil, onde diz que:

Ao acreditar o Legado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário – falava durante a primeira destas cerimônias Ksawery Orłowski – o Governo da República da Polónia deseja provar o quão importante é para ele o estabelecimento das relações oficiais entre os dois países – relações que de facto existem entre nossos países já há mais de meio século. Há 52 anos, da 3 Polónia, riscada do mapa político da Europa, emigraram pela primeira vez seus filhos para, no Brasil, procurar um céu mais sereno e um destino melhor do que aquele que lhes preparava o jugo dos invasores. A Polónia não parou de se interessar pelos seus filhos forçados à emigração, os quais, com a etiqueta de russos ou alemães, trabalhavam para o desenvolvimento das riquezas de vosso maravilhoso país, encontrando aqui o pão e sua outra Pátria. (Mazurek *Apud* Józef Piłsudski, S.I, p.8)

Os anos posteriores ao reconhecimento da soberania polonesa, a partir do final da segunda década do século XX, foram marcados pela criação de comitês de ajuda ao país, dado o expressivo número de imigrantes que chegaram ao Brasil, onde estima-se, que entre os anos de 1869 a 1914 desembarcaram em solo

brasileiro cerca de cem mil imigrantes. Vindos para trabalhar nas lavouras de café, assim como ocupar território. As relações entre os dois países se romperam apenas em 1939, quando o território polonês foi anexado à Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial.

Os russos e poloneses que aqui se estabeleceram possuíam traços culturais e sociais distintos, além de terem migrado por motivos e contextos diferentes. Os russos, leais à casa real russa, vieram fugidos da Revolução Bolchevique, em 1917.

Já os poloneses, imigraram antes, e em um primeiro momento, para o sul do Brasil, como reflexo do Levante polonês, em 1864 – em reflexo das inúmeras mudanças que a Europa passava devido ao processo de recriação de identidade nacional no velho continente.

Já no contexto do estado de São Paulo, ZEN (2010) afirma que o fluxo de poloneses se intensificou no quadriênio de 1932-1936, tendo por característica principal a vinda de judeus fugidos do nazismo, os quais chegaram à capital paulista com um fluxo de cerca de mil imigrantes ao ano; e após a instauração do Estado Novo em 1937, percebeu-se uma redução para 466 pessoas, em 1938. O governo Vargas e o modo como este lidou com a questão de imigração no Brasil – em especial, quando se tratou de estrangeiros que não faziam parte do modelo de imigrante desejável, traçado pela elite – faz com que seja necessário que se busque refletir e entender o processo de formação de identidade nacional do Brasil. Com isso, se pode compreender o porquê de minorias étnicas terem sido tão reprimidas pelo governo varguista.

1.5 O Imigrante e o Estado novo

O ano de 1937 foi marcado pela ascensão ao poder de Getúlio Vargas, com o auxílio das Forças Armadas, quando se inicia uma nova fase de governo, o chamado Estado Novo (1937-1945). Vargas aparece como uma figura enérgica no que tange a sua postura enquanto líder da nação, seja por seu projeto de industrializar o Brasil ou também pelo maior rigor com relação ao tratamento para com os imigrantes para adequá-los ao projeto de uniformização da identidade nacional.

Sobre a passagem para o Estado Novo e a representatividade que o período teve, quando afirma que:

[...] a mudança principal desse momento está representada pela passagem de um sistema de base agroexportadora para uma sociedade de base urbano-industrial. Não se trata de afirmar que a construção do capitalismo industrial no Brasil se deu nos anos 30. Como é sabido, a consolidação da ordem industrial ocorrerá algumas décadas depois, sobretudo com a expansão impulsionada pelas políticas do governo Kubitschek. Porém, os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social foram lançados durante o primeiro governo Vargas. (DINIZ, 1999, p.24)

Durante o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1937, observa-se que o governo intensificou ainda mais a sua repressão aos estrangeiros. Vistos como “incômodo” para o governo – por não atenderem aos padrões, sejam eles estéticos, mas, principalmente ideológicos – como no caso das minorias étnicas – faz com que o Estado começasse a intensificar o seu aparelho repressor. Isso se deu com a criação de mitos de conspiração, onde, por meio da mídia, foram criadas histórias fantasiosas para alarmar a população e criar um inimigo comum: o estrangeiro que ainda resistia à assimilação dos valores da cultura brasileira.

Depois de entendido como o Brasil lidou com a questão dos imigrantes que substituíram a mão de obra escrava africana nas lavouras de café, e também para o povoamento das áreas do sul do país, mais tarde, observa-se que ocorre um remanejamento de mão de obra, agora em direção para as cidades e os trabalhadores europeus agora serviriam como mão de obra em suas fábricas dos recém-formados centros urbanos. Também vimos como os cafeicultores negociaram a vinda desses trabalhadores que substituíram a mão de obra negra escrava por pressão externa.

Aliado a isso, vimos o plano de se formar uma sociedade livre de traços mestiços e negros que se discutia na sociedade. Observamos como o Brasil se portou com a entrada maciça de também imigrantes de regiões da qual não era o principal objetivo do governo atingir. Conceituamos minorias étnicas e trabalharemos com duas delas que foram importantes, cada uma de um modo, para a história do nosso país.

No próximo capítulo iremos observar como Vargas se porta mediante aos imigrantes de minorias étnicas, em especial russas e polonesas e ver quais meios e organismos ele usou para coibir as ações tidas por ele como subversivas que poderia vir a atrapalhar o projeto de nova identidade nacional.

2 - Governos Vargas e sua proposta de Estado Novo

Neste segundo capítulo será abordado como o Estado brasileiro, agora capitaneado por Getúlio Vargas, se aparelhou para formar uma nova sociedade. Valendo-se de medidas autoritárias, centralizadoras e nacionalistas para conseguir executar seu plano de mudar o eixo dinâmico da economia e assim, formar uma sociedade com valores nacionais consolidados. Vargas formou uma série de coalizões, a fim de resistir à forte pressão por parte da oligarquia que dominava a economia. Ao mesmo tempo, se empenhou em afastar quaisquer que fosse o perigo comunista que pudesse atrapalhar os planos de implementar a indústria de base no país. Para tal, aparelhou a máquina estatal de modo a centralizar o poder executivo, tirando a autonomia dos Estados e centralizando o governo Federal.

Aliado ao projeto de mudar o eixo dinâmico da economia do país, Vargas também coloca em prática uma série de medidas centralizadoras e autoritárias em seu governo, com o objetivo de enquadrar os “novos brasileiros” nos valores nacionais que se desejava empreender na sociedade. Serão estudadas como tais medidas afetaram as comunidades russas e polonesas que habitavam o Estado, analisando como governo enrijeceu suas políticas para imigrantes, em especial a partir de 1937, com o advento do Estado Novo. Tendo isso claro, poderemos ter base para saber como ficaram as relações com os países das duas minorias étnicas, aqui consideradas.

2.1 - Políticas Internas pré- Estado Novo

O início da Era Vargas, em 1930, foi um período de transformações no Brasil. No cenário interno, vimos à formulação de políticas que valorizaram as questões sociais e sindicais que amparassem o trabalhador – Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) – que até então não tinha proteção do Estado, fazendo com que estes operários se sujeitassem aos industriais, que pouco se preocupavam com as segurança e integridade do trabalhador fabril, que no começo do século era composta majoritariamente por estrangeiros. Tal processo fez com que ocorressem várias revoltas e greves a partir do final da segunda década do século XX, por melhores condições de trabalho, em especial na cidade de São Paulo, que tinha

maior concentração de indústrias. Externamente, a partir de 1930, com o início do governo Vargas, também é observado no Brasil o investimento maciço na indústria de base. Diniz(1999) encara o início do processo de substituição de importação (SI) como um marco para a economia do país, pois o processo de dinamização da economia fez com que surgissem outros atores no cenário nacional, rompendo com as oligarquias. A autora afirma quando diz:

Eis por que esse momento pode ser considerado um marco, já que possibilitou o trânsito de uma sociedade com perfil agrário, nitidamente subordinada à clássica divisão internacional do trabalho — caracterizada pelo desequilíbrio entre os países exportadores de produtos industrializados, por um lado, e os exportadores de bens primários e matérias-primas, por outro — para uma sociedade mais complexa e diferenciada. Observa-se, portanto, uma ruptura, um corte com esse passado e a passagem para outro patamar histórico, mediante a introdução de mudanças significativas. É no período que se estende de 1933 a 1939 que efetivamente se desencadeia o processo de industrialização no Brasil. Assim, comparando a expansão industrial dos anos 30 com os surtos industriais anteriores, Baer e Villela (1972) ressaltam que o processo de industrialização só veio a ocorrer na década de 30, tendo havido apenas crescimento industrial no período situado entre o início da República e o final da década de 20. (DINIZ.1999.p.24).

A mudança que o início da Era Vargas trouxe para o Brasil foi fundamental para que se rompesse com as oligarquias firmadas pelos cafeicultores. O governo provisório (1930-1934) foi o período que Vargas surgiu como um líder de caráter reformista, devido a uma série de medidas que este fez em prol a população. Observa-se que no período do governo provisório ocorre um aumento da sociedade urbana e Vargas se articula com as principais forças políticas para conseguir atender as principais demandas que tanto a burguesia, quanto o proletariado demandavam.

Além das reformas sociais, Vargas também realiza grandes reformas políticas, onde se destaca o fortalecimento do poder executivo, que passa a centralizar as ações do governo, limitando assim a ação dos estados. Com isso, começa-se a ver que as oligarquias, aos poucos vão sendo limitadas pelo governo, o que até então, não era possível, pois estas eram predominantes na esfera política do país. Além da centralização do setor executivo, no âmbito social observa-se também grande expansão dos direitos civis no país, como por exemplo, o voto secreto, direito de voto para as mulheres e também a criação de sindicatos para trabalhadores. Essas ações de cunho popular ajudam a vender a imagem que o governo Vargas tinha uma bandeira reformista, pois também se articulava com as

mais diversas frentes para atingir seus objetivos. DINIZ(1999) conceitua as mudanças introduzidas no decorrer dos anos 30 pela Era Vargas como nova engenharia político – institucional e diz que isso:

[...] foi o resultado de uma série de mudanças introduzidas ao longo da década de 30, no contexto de um processo de fechamento crescente do sistema político. o, fortalecimento do poder do Estado em face das oligarquias regionais. Esse esforço de centralização e concentração do poder na esfera nacional, que teve na criação do sistema de interventores (...) Um dos aspectos envolvidos no reordenamento institucional do período considerado foi, como vimos, a nacionalização da política para diferentes áreas. Assim, as principais decisões relativas às políticas cafeeira, industrial, trabalhista e social passariam a depender de articulações e acordos efetuados dentro da alta burocracia estatal. (DINIZ .1999.p.27).

No que tange a centralização do Estado por parte do governo, PANDOLFI (1999) analisa a situação que o Brasil passou nos primeiros anos da Era Vargas, quando concorda com PUTNAM (2010), onde ambos afirmam que:

[...]a ação do Estado no pós-30 responde em conjunto aos constrangimentos da conjuntura internacional e às pressões diferenciadas dos setores empresariais urbanos: indústria, bancos e seguros. Mostra, igualmente, que não se trata apenas de um Estado que responde a pressões internas e externas, uma vez que se aparelha tecnicamente para enfrentar os desafios macroeconômicos e constrói um referencial nacional-desenvolvimentista que se traduz em objetivos estratégicos próprios. (PANDOLFI.1999,p.13).

Analisando sob a perspectiva da teoria do jogo de dois níveis de Putnam, vemos como o governo de Vargas barganhou e se articulou a fim de negociar o financiamento de sua indústria. No nacional (segundo nível) tivemos a elite agrária pressionando o governo para que este continuasse como interventor na economia cafeeira. O governo, por sua vez, constrói coalizões com estes atores ao mesmo tempo em que igualmente negocia o financiamento de maquinários com outros Estados (primeiro nível). Entretanto também observou-se que o governo diminuiu o poder de atuação do segundo nível para conseguir também atender a sua proposta de Estado que desejava se empreender (aumentando seu poder).

Passando para a segunda fase da Era Vargas, no chamado Governo Constitucional, iniciado em 1934, quando Vargas é eleito indiretamente como presidente, pode-se perceber um maior intervencionismo do Estado na economia e o

início da mudança da atitude do governo, que agora, amparado pela nova constituição, começa a praticar medidas de cunho mais autoritário.

Como fato marcante deste governo, podemos ver o início da mudança de postura, no seu modo de governar, que agora passa a adotar medidas mais autoritárias, nacionalistas, estatizantes e corporativistas em sua população, sobretudo nos imigrantes. Observa-se também a mobilização de movimento de massas com diversas ideologias movimentando a população. Entre eles podemos citar a (AIB) Ação Integralista Brasileira e a (ANL) Aliança Nacional Libertadora que era considerada oposição ao governo Vargas e que tinha o apoio dos nacionalistas, socialistas assim como também os católicos e comunistas.

O período do governo constitucional teve também várias ações para bloquear ainda mais a elite agroexportadora de influenciar na política. As reformas empreendidas no governo vão desde a desarticulação do Estado oligárquico, até a estabilidade para os cargos de serviço público, que agora são alcançados a partir de concurso público. Para (FAUSTO, 1999.p.19.), as medidas adotadas muito cedo pelo Governo Provisório tinham o sentido de estabelecer canais de propaganda governamental e reforçar os instrumentos de repressão política. Pode-se, a partir daí, ver que há uma clara mudança entre o início do governo, em 1930 e o fim do governo constitucional, após o golpe em 1937.

No período constitucional, também observa-se que no cenário externo o governo também molda sua diplomacia para ser mais pragmática, procurando parceiros que pudessem financiar seu programa de modernização econômica. Uma demonstração de mal pragmatismo, se deu com a diplomacia pendular que ocorreu entre o Brasil, Estados Unidos e Alemanha¹⁴, que na época já estava sob o regime nazista.

Neste período o governo teve que lidar com uma tentativa de golpe, em 1935, encabeçada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora) que questionava as ações do governo e pediam a nacionalização de empresas estrangeiras, reforma agrária e uma maior participação política. A ANL também tinha relação direta com os comunistas russos da IC (Internacional Comunista). A tentativa de golpe, no entanto foi fracassada devido à pouca adesão da população, que fez com que o governo

¹⁴ Diplomacia pendular é o nome que se deu a política adotada por Getúlio Vargas, onde a fim de financiar a industrialização no país, o governo passa a barganhar com as duas partes para obter maiores vantagens no financiamento de maquinários, que seriam usados no processo de implantar a indústria de base no país.

reprimisse as ações da ALN e intensificasse seu aparelho repressor, agora usando de justificativa o combate ao comunismo no país, usando de violência e repressão nos atos contrários ao governo.

O movimento liderado por comunistas e ex-tenentistas, chamado de Intentona Comunista rendeu a prisão de alguns dos dirigentes do movimento, como Pandolfi (S.I) aponta:

Em março de 1935 foi criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política cujo presidente de honra era o líder comunista Luís Carlos Prestes. Inspirada no modelo das frentes populares que surgiram na Europa para impedir o avanço do nazi-fascismo, a ANL defendia propostas nacionalistas e tinha como uma de suas bandeiras a luta pela reforma agrária. Embora liderada pelos comunistas, conseguiu congrega os mais diversos setores da sociedade e rapidamente tornou-se um movimento de massas. Muitos militares, católicos, socialistas e liberais, desiludidos com o rumo do processo político iniciado em 1930, quando Getúlio Vargas, pela força das armas, assumiu a presidência da República, aderiram ao movimento. A despeito de seu fracasso, a chamada revolta comunista forneceu forte pretexto para o fechamento do regime. Depois de novembro de 1935, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados. Esse processo culminou com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, que fechou o Congresso, cancelou eleições e manteve Vargas no poder. Instituiu-se assim uma ditadura no país, o chamado Estado Novo, que se estendeu até 1945 (PANDOLFI, S.I,p.01.).

Com medidas centralizadoras e a justificativa de combater o comunismo, o governo constitucional cria órgãos para combater as influências contrárias ao seu plano de modernização do país. Dentre esses órgãos, podemos citar a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo e fortalecimento do Deops, que trabalhava na identificação e perseguição dos comunistas e pessoas entendidas pelo governo como subversivas. Tais medidas vão se intensificar mais a partir de 1937, quando é dado o golpe que deu início a terceira fase da Era Vargas, o Estado Novo: Conforme explica ZEN:

Ocorre uma maior sistematização no Dops a partir de 1933. Ação repressiva do Deops.sobretudo nos momentos das prisões não era realizada nas sombras, pelo contrário, recebia ampla divulgação por parte da “grande imprensa”. Servia, portanto, como instrumento de propaganda das ações do governo. Para além,era por meio destas referências que o discurso oficial contra o estrangeiro comunista ganhava intensidade, uma vez que partia dos fatos que se tornavam públicos e eram concretamente apreensíveis e verificáveis,embora,propoitalmente distorcidos. (ZEN.2010.p.58.)

2.2 - Vargas e os imigrantes/minorias étnicas

A proposta de Estado Novo que Vargas desejava empreender durante o seu governo, teria por característica principal a consolidação de Estado com sua identidade nacional uniforme, ou seja, que tantos os brasileiros nascidos no país, como os imigrantes que aqui viviam se identificassem como brasileiros. Com o golpe de 1937, Vargas deu início a terceira fase de seu governo, denominado Estado Novo.¹⁵

Com um discurso nacionalista e mobilizador, Vargas, através de políticas ainda mais centralizadoras passa a usar seu braço estatal repressor para adequar os imigrantes – que até então eram vistos como um fator positivo à sua economia – mas que ainda detinham traços culturais fortes de seus países de origem, e agora esse estrangeiro passam a ser encarados como ameaça aos planos de se criar um Estado Novo, com fortes valores nacionais. Para isso, esse imigrante precisava romper com os resquícios étnicos.

Uma das estratégias de fazer com que os imigrantes se adequassem à nossa sociedade foi a revisão das políticas imigratórias, onde o Estado passa a selecionar com maior rigor os imigrantes que adentrariam nosso território. Cuidado que até então não era observado em outros governos, que se preocupavam apenas com o fator econômico (e estético) que esse imigrante agregaria à economia, não se importando com as ideologias e incentivando suas coletividades dentro do território. Conforme, Giralda, (1997) afirma que:

Entre 1937 e 1945 uma parcela significativa da população brasileira sofreu interferências na vida cotidiana produzidas por uma ‘campanha de nacionalização’ que visava ao caldeamento de todos os alienígenas em nome da unidade nacional. A categoria ‘alienígena’ — preponderante no jargão oficial — englobava imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como ‘não-assimilados’, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade (SEYFERTH, 1997. p. 95).

Esses imigrantes que residiam no Brasil e que ainda não tinham se adequado aos costumes e/ou tentavam ir contra as políticas nacionalizantes que o projeto

¹⁵ Estado Novo é, segundo Seitefus (1985) uma referência ao Estado Novo da Antonio de Oliveira Salazar, instalado em Portugal, através da constituição corporativa de 1932.

estadonovista propunha eram rotulados de “alienígenas”¹⁶, e deveriam ser combatidos em nome da unidade nacional. Para isso, são colocados em prática várias táticas do governo com intuito de restringir a ação destes imigrantes nos meios onde estes estavam inseridos. Uma das estratégias foi à introdução do ensino da língua portuguesa durante o Estado Novo, como principal elemento da brasilidade, adentrando nas organizações coletivas nas manifestações religiosas e, por fim, na esfera privada dos lares dos imigrantes.

Tais políticas de adequação da população usavam de discursos que instigassem o sentimento nacional, assim como também, o Estado Novo, por meio da Polícia Política intensificou a vigilância de determinados grupos de imigrantes que apresentassem suspeita e possível ameaça à ordem. Além disso, o uso da repressão é feita para controlar e inibir a ação de grupos que fossem contra o governo.

Pode-se dizer que a Polícia Política teve papel fundamental no que toca ao tratamento às minorias étnicas e controle da ação de estrangeiros, como afirma ZEN:

Por conta da onda de greves ocorridas em 1917 e 1920, a elite começa a encarar o operário como “operário perigoso”, pois vinham da Europa com ideias revolucionárias. Com essa determinante, o Estado brasileiro colocou em suspeição o operário urbano composto, em sua maioria, por imigrantes. (ZEN,2010.p.151.).

A parcela de imigrantes que chega no país após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), diferente do primeiro momento, onde se encaminhavam trabalhadores para as plantações de café, agora essa mão de obra imigrante se encaminha às fábricas das cidades que estavam surgindo.

Por ter como principal característica a proposta de se criar uma nova identidade para o brasileiro, Vargas usa como carro chefe de seu governo a nacionalização do imigrante que residia no Brasil, onde o ensino do idioma português foi priorizado, para que ocorresse a padronização do idioma no país. Para

¹⁶ Alienígenas neste contexto é o termo que Getúlio Vargas usou para classificar estrangeiros que representavam ameaça aos interesses do Estado. Seja por não estar inserido à cultura local ou por agir contra o governo, disseminando ideias que poderia pôr em risco a ideia de Estado e povo que se estava empreendendo.

isso, foram fechadas escolas de comunidades estrangeiras que funcionavam, tanto nas cidades e colônias localizadas no interior.

O presidente acreditava que com isso o estrangeiro seria forçado a absorver valores cívicos nacionais. Como afirma HAUGEN,(2000) o conhecimento do idioma nacional daria o título de membro da nação, o que elevaria ao imigrante para um patamar. BUENO (2008) confirma a afirmação acima onde o autor diz que:

Dentre os elementos que auxiliariam na assimilação dos imigrantes estava a língua portuguesa. Assim, o ensino da língua nacional seria uma forma privilegiada de se integrar os imigrantes à nação brasileira, sobretudo por meio dos seus descendentes que frequentariam as escolas do governo brasileiro. A noção de língua subjacente ao discurso de Ribeiro Couto é a da portadora da identidade nacional, ou nos termos do próprio autor: “as vias do subconsciente nacional”. De um modo geral, a assimilação passa pela modalidade do /saber/: o conhecimento da língua portuguesa e da história do país conduziria o imigrante e seu filho a um outro patamar (saber-ser brasileiro). (BUENO, 2008.p.43)

Além da questão do idioma, que serviria como ferramenta para unificar a população estrangeira, Vargas também focou suas políticas nacionalizantes em minorias étnicas que habitavam o país, uma vez que estas também poderiam oferecer risco de disseminar seus ideais que poderiam ir contra as do governo para a população. Para isso, foi utilizada a repressão por meio de órgãos do governo. As ações tomadas contra esses imigrantes iam desde prisão, até a expulsão do país, em casos que ficasse comprovado que o imigrante estava tentando disseminar ideias comunistas. Para intimidar essas minorias, assim como também os demais estrangeiros, “Vargas usou mão de discursos com forte apelo nacionalista, xenofóbico e antisemita para formação de um povo trabalhador, ordeiro e pacífico” (ZEN. 2010.p.114).

As organizações étnicas também foram fechadas e/ou adequadas para que não entrasse em conflito e/ou disseminassem ideias que poderia ir contra a proposta estadonovista. Com isso a Polícia Política passa a fiscalizar estes grupos, usando até mesmo espões do mesmo grupo étnico dos grupos sob suspeita, para que estes delatassem seus compatriotas. ZEN (2010) explica que:

Para que possamos estudar a vigilância policial sobre os imigrantes, é necessário compreender como se processou, ao longo das décadas a construção da imagem da “ameaça estrangeira”, que associava a “desordem social atribuída às classes subalternas à presença do estrangeiro portador de ideias exóticas (ZEN.2010.p.50.).

Com a implantação do Estado Novo, a partir de 1937, a Polícia, que desde os anos 1920 já agia identificando possíveis ameaças ao Estado, ganha ainda mais autonomia sobre o destino de envolvidos com ações comunistas, pois agora, as sentenças para ações deste tipo saiam de acordo com relatórios feitos e enviados diretamente à presidência da república. O linguajar burocrático do Estado também passa por transformações, adotando agora expressões como “indesejável”, “ferir os interesses da nação” e “medidas para se evitar o comunismo”(ZEN. 2010.p.52.). Para justificar tais ações tidas como incisivas na população, Vargas usa de justificativa a luta para evitar que o comunismo seja instaurado no país.

Dentre essas medidas anticomunistas, russos e poloneses se destacam, pois, esses dois grupos de minorias étnicas possuíam fortes ligações com causas sindicais do final da segunda década do século XX. Por virem de países difusores do comunismo (Rússia), e Polônia (judia) faria com que estas comunidades em especial, ganhassem atenção por parte do governo, que passa a vigiar de perto suas organizações.

2.3- Russos e Poloneses Durante o Estado Novo

Russos e poloneses apresentavam características que chamava a atenção aos olhos das autoridades. Por mais que se manifestassem como minorias étnicas, esse grupo de imigrantes conseguiam impactar as comunidades em que viviam em especial as colônias polonesas e russas localizadas na cidade de São Paulo. Os russos e poloneses que vieram para a capital paulista, no início do século XX, em especial após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para trabalhar, apresentavam características distintas por virem com ideais contestatórios à situação que se encontravam as fábricas da cidade, o que fez com que então essas comunidades, passaram a se organizar em sindicatos para reivindicar por melhores condições de trabalho e por melhores salários, além de cargas de trabalho menores para crianças e mulheres. Agora analisaremos como as comunidades centrais do trabalho se organizavam.

Comunidades russas

As comunidades russas localizadas em São Paulo tinham por característica serem divididas em dois grupos, que possuíam características muito distintas entre si. O grupo dos russos imigrados no final do século XIX e os que chegaram na década de 1920. ZEN (2010) ressalta que os que vieram após a Revolução Russa, em 1917, vieram como refugiados e a composição social deste grupo era de parte da elite do recém-encerrado império russo. A aristocracia russa composta por médicos, engenheiros, advogados, soldados, oficiais de carreira, homens de letras, militares e oficiais de carreira, (nobres). ZEN (2010).

Estes se radicaram em São Paulo e começaram a montar redes de solidariedade e ajuda mútua, assim como também associações para reforçar o sentimento de pertencimento à recém-extinta monarquia czarista. Ao chegarem em São Paulo, estes refugiados que vieram após a revolução bolchevique, procuraram outros russos que também imigraram para o país. Os russos que vieram para São Paulo procuravam se diferenciar dos demais, preservando suas identidades, classes sociais e preferências políticas. As fundações criadas por este grupo refletiam isso. Associações como: Club Russo, Club Nacional Russo, Sociedade dos Amigos da Cultura Russa, Associação dos Antigos Cadetes do Exército Imperial Russo Club dos Intelectuais Russos (ZEN,2010.p.63).

Para reforçar ainda mais a diferença para os demais russos, os imigrados após a Revolução, passaram a se denominar de “russos brancos” pois estes eram em sua maioria cristãos ortodoxos, vindos da nobreza e se opunham aos demais russos, em especial os judeus e os comunistas. Além disso, o governo se aproveitava da divisão de ideologias na comunidade usando esses russos brancos como infiltrados nas próprias comunidades para ajudar a interceptar movimentos suspeitos, eles colaboravam de forma voluntária, aliando-se a polícia para acabar com a ameaça comunista que pairava sobre o Estado na década de 1930.

Um fato que se deve destacar é que os russos que vieram para o Brasil após 1917, não poderiam contar com o auxílio de representações diplomáticas no país, uma vez que o governo brasileiro rompe relações com a Rússia, após a Revolução de 1917, comandada por Vladimir Lenin. Isso será refletido na década seguinte quando Vargas assume a presidência da República. O fato dos países não terem relações oficiais faz com que a pesquisa sobre como o governo russo se portou

diante das ações do governo brasileiro seja dificultada, uma vez que não existem registros no Museu do Itamaraty, onde ficam armazenadas as informações diplomáticas fontes da presente pesquisa.

Na década de 1930 são observados nesses grupos de imigrantes russos grandes divergências ideológicas, decorrente da ascensão dos regimes fascistas na Europa e posturas do governo de Stalin, o que fez com que algumas comunidades passassem a não compartilhar mais das mesmas ideologias o que faz com que as associações russas passassem por vários reagrupamentos devido às ações que o Governo Provisório de Vargas impõe durante seu governo. As divisões de ideologias nas comunidades russas de São Paulo levaram o governo a promover um órgão para agrupar e melhor controlar essas sociedades. Segundo a lista feita por (ZEN,2010) as comunidades de russos brancos divididas em:

Associações Russas em São Paulo: Federação dos Oficiais do Antigo Exército e Marinha em São Paulo. Sociedade dos Amadores Teatrais Russos Gusselky. Russos brancos: Federação das Organizações Russas Integradas pela: Sociedade Russa de São Paulo, União dos Ex guerreiros russos no Brasil, Cruz Vermelha Russa em São Paulo, Federação dos Inválidos da Grande Guerra na América do Sul, Sociedade dos Amigos da Cultura Russa, Federação, Federação da Cavalaria e Artilharia Montada em São Paulo, Caixa Libertadora da Rússia, Cursos Russos de Ciências Militares, Sociedade dos Engenheiros Russos no Brasil e Sociedade dos Amadores Teatrais Russos Gusselky¹⁷. (essa federação, por colaborar muito com a polícia, não foram alvo de investigação por parte do governo brasileiro). (ZEN,.2010.p.71.).

Estas comunidades se preocupavam em passar a imagem de anticomunista para a comunidade e governo, para que não fossem alvos de ações hostis por parte do Deops¹⁸, que investigava e agia contra entidades que fossem favoráveis a disseminação do comunismo. Além disso, existia uma grande quantidade de comunidades russas que tinham ligação com o PC (Partido Comunista) e estas foram investigadas e reprimidas pelo governo Vargas, ocasionando na expulsão de vários membros de associações envolvidas em ações comunistas, vistas como subversivas aos olhos do governo.

¹⁷ Comunicado da Federação das organizações Russas em São Paulo ao Chefe de Polícia de São Paulo, São Paulo, 24/07/1932. Fls.4. Prontuário n. 2143 – Federação das Organizações Russas. Deops-sp, Aesp.

¹⁸ órgão da polícia, criado em 1924, período este onde ocorriam muitas agitações políticas e então o Deops ficou responsável por investigar e reprimir possíveis delitos que atentassem contra a ordem pública.

Comunidades Polonesas

Os poloneses imigrados para o Brasil vieram com o intuito de preservar a identidade de poloneses católicos, em especial durante o levante de 1865 e da Revolução de 1905. Assim, podemos afirmar que as comunidades polonesas vindas para o Brasil durante esse período tinham um caráter de identidade nacional, antes mesmo da independência daquele país (ZEN.2010.p.84.).

A década de 1920 também levou muitos poloneses a migrarem para as cidades em busca de melhores condições de trabalho. Entretanto, o que eles encontram foi uma vida tão explorada quanto a que eles viviam nas fazendas ou até mesmo em seu país de origem. Por conta dessas explorações que tomavam conta da vida desses trabalhadores, vítimas de altas cargas de trabalho com baixíssimos salários, fez com que lutassem contra essas condições.

Segundo os dados do governo coletados pelo historiador Erick Zen, os poloneses que viviam em São Paulo participavam abertamente do Partido Comunista (PCB), e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), entretanto, não constam registros no Departamento de Ordem e Política Social (Deops), durante a Era Vargas acerca de conflitos envolvendo comunistas e anticomunistas de nacionalidade polonesa. Só após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que se veem conflitos com poloneses contrários e a favor da instauração do comunismo na Polônia.

Assim como os russos, os poloneses que se instauraram em São Paulo, ainda no final do século XIX, também se organizaram em associações com objetivo de prestarem ajuda mútua, formando laços de solidariedade e disseminando o ensino da língua e da cultura polonesa. A primeira associação polonesa em São Paulo surgiu no século XIX, foi fundada com objetivo de prestar ajuda mútua e se chamava Sociedade Polonesa de Beneficência (*Towarsutuno Polskie Drobroszynosc*). Em 1885, fundou-se a Federação Polaca De Socorro Fraterna (*Towarzysdtwo Polskie Bratnia Pomolz Kaza Chorych*), que contava com um fundo de auxílio para enfermos, e que depois muda o nome para Sociedade Polonesa União e Concórdia. (ZEN,.2010.p.83.).

Podemos perceber que ambos os imigrados foram encontrados em várias associações de classe por acreditarem que só mudariam a situação de exploração que vivem nas fábricas, por meio de revoltas revolucionárias. Fora isso, é percebida

a participação de russos e poloneses, assim como outros povos de minorias étnicas tais como lituanos e judeus¹⁹ atuando ativamente em causas sindicais. A presença dessas minorias étnicas em movimentos sindicais é perceptível em empresas de São Paulo, a exemplo podemos citar a Light, Matarazzo, Crespi, e São Paulo Railway. Por conta dessas participações ativas em causas sindicais, estes grupos eram vigiados pela Polícia Política com maior atenção, por representarem um perigo eminente. (ZEN Erick. 2010.p.85.).

Russos e poloneses migraram e se organizaram de maneiras distintas na cidade de São Paulo. Enquanto russos vieram por conta da revolução que ocorrera em seu país, colocando-os em situação de vulnerabilidade, uma vez que, por serem contra o novo regime, poderiam ser presos ou até mortos, ao migrarem para o Brasil e se organizam na cidade em grupos onde podiam afirmar sua nacionalidade e se diferenciar de outros nacionais que possuam origens/ideologias diferentes das suas. Principalmente pelo fato do imigrante russo ser visado pelos órgãos repressores do governo, de serem difusores do comunismo e de ideias subversivas. Dentre esses russos, uma parte, denominados de “russos brancos” foram peças fundamentais no combate ao comunismo durante a Era Vargas, por se infiltrarem e interceptarem possíveis ações que estariam sendo programadas. Como contrapartida, seus grupos seriam poupados – em um primeiro momento – de serem censurados pelo governo.

Os poloneses que vieram para o Brasil, diante da crise que seu país sofrera no final dos do século XIX, onde o governo polonês também incentiva a ida de nacionais para o Brasil, pode-se observar que os poloneses se organizavam em comunidades principalmente para fomentar ajuda mútua para outros nacionais. Já as questões que tocam à participação política, podemos ver a partir dos relatórios analisados pelo historiador Erick Zen, que não se acham registros de poloneses em discussões sobre comunismo ou anarquismo, embora esses imigrantes tenham sido muito ativos no que toca a participação em greves e movimentos operários.

Nota-se que ambas as comunidades, tanto russas quanto poloneses, passaram a ser vigiadas pelo Deops-SP (Departamento Estadual de Ordem Política

¹⁹ Os judeus também caracterizam outra parte de imigrantes de minorias étnicas, pois estes vinham de várias regiões da Europa e muitas das vezes não se identificavam com o país de origem, mas sim, com a sua religião e cultura.

e Social de São Paulo)²⁰ a mando do governo, por sugerirem ideias subversivas. Tal perseguição é intensificada a partir do início do governo Vargas.

BUND

As ideias sindicalistas dos imigrantes europeus, que por virem da Europa carregados por lutas e ideias proletários, passaram a questionar a situação vivida nas empresas e passaram também a se organizar em coletividades sindicais, afim de reivindicar por melhores condições de trabalho. Outros, influenciados pela onda comunista vinda pela recém-criada URSS (1922) passaram a difundir ideias comunistas. Uma das marcas do movimento operário em São Paulo foi o BUND, criado no final do século XIX e veio para cena dos movimentos grevistas de São Paulo ainda nos anos 1920.

A União Geral dos Trabalhadores da Lituânia, Polônia e Rússia (Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland) ficou conhecido como BUND e foi um movimento operário com forte presença de judeus e imigrantes vindos de várias partes da Europa e como AGUIAR (2010) conceitua dizendo que:

[...]o programa do Bund era praticamente social democrata (...). No espírito de seus criadores (...) era um destacamento do movimento socialista russo atuando em meios judaicos e nada mais. Para eles, como para os socialistas russos – fortemente impressionados pela atividade da nova formação – o Bund reunia os socialistas cujo terreno de atividade era a “zona de residência”. Em outras palavras, o que é judeu no Bund é o proletariado local que ele visa ganhar às suas ideias e não o partido em si. (AGUIAR, 2010.p.46.).

Em São Paulo, o BUND ganha força na década de 1920 e teve forte presença judia e de militantes do Partido Comunista do Brasil. No entanto, não se pode generalizar e afirmar que estas instituições atuavam enquanto meros aparelhos do partido ou que eram instituições judaico-comunistas. Pois muitos de seus sócios não eram filiados ao PCB, ou sequer eram socialistas Aguiar.(2009).

A forte presença russa e polonesa com a criação do Bund deu-se pela relação que ambas tiveram no período de formação da organização.

²⁰ Orgão da polícia, criado em 1924, período este onde ocorriam muitas agitações políticas e então o Deops ficou responsável por investigar e reprimir possíveis delitos que atentassem contra a ordem pública.

O judaísmo terá que lidar com o marxismo, para além da situação nacional. Já desde a revolução de 1917 na Rússia, essa relação é de aproximação, mas nem sempre harmônica. O BUND, um misto de sindicato e de partido operário judaico, manteve intenso debate com a alta cúpula do socialismo russo: “A União Soviética incorporou o BUND ao PCUS e tratou de incentivar seus cidadãos judeus a participarem do projeto soviético. Tinha dentro de seu quadro inúmeros judeus, inclusive na alta cúpula do PC. Personagens de importância como Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Radek e Littinov eram de origem judaica.” (SILVA, Adrelgicio.p.136.).

Tais movimentos de cunho esquerdista eram encarados pela burguesia brasileira como perigoso às suas ideias e a partir de 1930, o governo intensifica a luta contra esses grupos que poderia pôr em risco o objetivo de industrializar o Brasil e isso refletiu diretamente no tratamento que tais imigrantes receberam durante o período em que Getúlio Vargas esteve no poder.

2.4 Estado Novo, Judeus e Comunismo.

A questão do semitismo se faz necessária de análise no presente trabalho, pois grande parte dos judeus que vieram para o Brasil no período entre guerra e pós- Segunda Guerra Mundial, eram oriundos de regiões que compreendem Polônia e Rússia, objetos do estudo. Isso também nos ajuda a entender o relacionamento que se deu entre Brasil e Polônia na Era Vargas, pois, a Polônia solicitava a entrada de muito de seus nacionais, porém o governo reagia, criando cada vez mais mecanismo que dificultavam a entrada destes no país. Com o argumento de estar lutando contra o comunismo e esses grupos de judeus (poloneses), segundo o governo, não se enquadravam na proposta de imigrantes que se desejava naquele momento.

A questão, no entanto foi palco de muita discussão, que se iniciou ainda no começo do século XIX, muitos judeus vieram oriundos de uma imigração após os *pogrom*²¹, ocorrido durante a guerra civil nas regiões do Império czarista. BAHIA (2010) afirma que:

²¹ Progroan é uma palavra russa que remete a um ataque acompanhado de destruição, pilhagem de propriedade, assassinatos e estupro cometidos por uma parte da população contra outra parte. Essa expressão ficou conhecida devido aos ataques sofridos por judeus russos entre 1880 a 1920. (tradução livre) Jewish virtual library. Acesso em 01/11/2015.

Muitos judeus vieram por motivação econômica, mas principalmente em decorrência das ditaduras da Polônia, Hungria e Romênia, a crescente ascensão do antissemitismo e também em decorrência de suas militâncias nos partidos comunistas e no Bund.(BAHIA,Joana.2010.p.163.).

Ao chegar no Brasil, esses judeus eram comumente vistos engajados em causas sindicais e muitos se filiaram e participaram ativamente do Partido Comunista, além disso, alguns eram membros do BUND, isso fez com que o governo passasse a vigiar esses estrangeiros. E isso se intensifica, principalmente a partir do governo constitucional, onde Vargas anuncia o mito da conspiração judaica como uma de suas armas para barrar o comunismo no país onde os judeus se enquadravam, por serem tidos como de difícil assimilação. Esse sentimento de desconfiança com a comunidade judaica no Brasil reflete diretamente nas leis de entrada (lei de cotas de 1934). Mesmo o governo colocando empecilhos para a entrada de judeus no país, adotando posturas antissemitas, muitos judeus conseguiam entrar no país conforme mostra FREIXO (2008) onde o autor afirma que:

Se, por um lado, Milgram observa que houve uma ideologia anti-semita por trás das dificuldades impostas à imigração de refugiados judeus, por outro ele reitera as ambivalências e contradições nas políticas de imigração judaica durante o Estado Novo que possibilitaram que muitos judeus entrassem pelas “brechas do sistema”.(FREIXO,.2008.p.261 - 262.).

A relação entre o governo e os judeus fica mais precária com o fim do governo a partir de 1935, quando ocorre o Levante Comunista e muitos dos estrangeiros que estavam ligados ao evento recebiam a identificação de judeus, onde podemos citar a esposa de Luis Carlos Prestes, Olga Benário, que foi expulsa do país e enviada ao centro de concentração nazista. O alimento do mito judeu que ligavam fatos de revoltas comunistas e tentativas de tirar o poder das mãos do Estado e instaurar o comunismo no país. O reflexo disso nas leis para imigrantes foi notório. Isso refletiu também na suposta tentativa de golpe com o chamado “Plano Cohen” em 1937 que deu início ao Estado Novo.

As políticas de repressão ao imigrante, seja ele russo, polonês ou judeu se intensificaram de tal modo no período que Getúlio ascende ao governo no país, que a partir de então são criadas leis que restringiam seus direitos e controlavam suas vidas, seja por sua escolha política ou por suas ideologias ou crenças. O envolvimento direto dessas duas comunidades com associações comunistas e

anarquistas fizeram com que o Estado que, já estava se aparelhando, começasse a ver estas minorias étnicas como ameaça e passaram a visá-las. A elite brasileira e a opinião pública também mudaram com relação ao estrangeiro, o que também é perceptível, pois agora não precisaria simplesmente o estrangeiro ser branco mas agora na Era Vargas, o imigrante teria que ser de fácil assimilação da cultura para adotar as ideologias propostas por eles. A influência contestadora dos estrangeiros, sobretudo que chegaram do Leste Europeu começaram a serem tidas como ameaças e combatidas.

No início do Estado Novo, período marcado por crise na Europa, viu-se um novo fluxo de imigrantes solicitando entrada no país, e ao mesmo tempo, o aparelho repressor do Estado expulsando várias pessoas acusadas de ligação com o comunismo. Também observou-se que o Brasil passa a selecionar o seu estrangeiro de forma a promulgar leis e decretos.

A mudança do Brasil com relação com os imigrantes poloneses e russos, durante o período em que ocorria o conflito europeu não mudou e persistiu a intolerância para com o estrangeiro. Com o novo fluxo de imigrantes, agora compostos pelos deslocados de guerra. Ver-se-á se ocorreram mudanças e como a pressão pela redemocratização irá por fim ao governo de Getúlio Vargas.

Pressionado pelos Estados Unidos a se posicionar, no conflito, que estava ocorrendo na Europa, Getúlio Vargas sede aos Estados Unidos e Inglaterra, uma vez que o governo era evidente que possuía fortes inspirações fascistas. Em 1942, o Brasil entra na Segunda Guerra mundial do lado dos Aliados, onde a Rússia também lutava. A partir daí, o governo passa a desassociar a sua imagem com quaisquer que fosse de ligação ao fascismo/nazismo, empreendendo perseguição às colônias italianas, alemãs e japonesas que se localizavam no território.

No que toca as relações com a Polônia, em 1940 a embaixada é transferida para a cidade de Angers, na França e posteriormente a delegação se encaminha para Londres, no Reino Unido. Baseado nos relatórios oficiais da representação diplomática do país, não se identifica nenhuma alteração no que toca as relações entre o Rio de Janeiro e Varsóvia. Os relatórios agora emitidos pela embaixada e enviados para o Brasil se restringem a falar apenas do cenário político europeu. O que leva a crer que, por mais que muito se leva a crer que por mais que continuasse a repressão nos imigrantes poloneses, em especial os judeus, que desejavam

adentrar o país. Em 1945, com pressão popular pelo fim do regime autoritário, onde o mesmo foi deposto pelo seu governo, tendo chamadas as eleições presidenciais.

No próximo capítulo faremos uma análise das políticas restritivas como um todo para saber como ficaram as relações entre Moscou, Varsóvia e Rio de Janeiro no período da Era Vargas ver se a Polônia, agora com seu território em cheque e a Rússia, envolta de vários conflitos no território Europeu responde de alguma forma às políticas aplicadas aos seus nacionais em solo brasileiro.

Capítulo 3: Intensificação da Repressão

O terceiro e último capítulo deste trabalho fará uma análise sobre para saber como as políticas restritivas feitas na Era Vargas influenciaram as relações diplomáticas entre Varsóvia, Moscou e Rio de Janeiro. Faremos uma breve recapitulação sobre as medidas restritivas do período e quais foram os efeitos que elas tiveram nas comunidades estrangeiras residentes no Brasil, em especial, nas duas que estamos estudando. Depois de discutidas estas medidas, usaremos a teoria de Robert Putnam para analisar tais fatos e saber como elas influenciaram as relações entre os países abordados.

3.1 Início das Políticas Restritivas da Era Vargas

Após o golpe com a ajuda dos militares, que resultaram na Revolução de 1930 que deu fim ao período da política do café com Leite²², Getúlio Vargas assume a presidência da república e coloca em prática seus planos de modernização da economia. Com o objetivo de formar uma nova identidade para o Brasil através da expansão e integração do mercado interno brasileiro, o governo passa a formular várias políticas modernizantes para dar maior incentivo à expansão da indústria no país. Entretanto, tais medidas não agradaram uma parte da população, que não viam com bons olhos essas ações do governo, o que ocasionou em grandes comoções. Devido aos ares de agitações do período, onde emergiam vários grupos com o objetivo de questionar a ação do Estado, reflexo dos vários eventos ocorridos no começo do século, o governo passa a responder a esses conflitos com violência e cada vez mais diminuir a tolerância para com o imigrante.

Dentre todas as políticas adotadas pelo governo de Getúlio Vargas, iremos nos concentrar especificamente nas que atingiram os imigrantes – sobretudo russos e poloneses que se localizavam em São Paulo, ou seja, iremos analisar as leis que o governo criou com objetivo de restringir a ação e controlar as comunidades estrangeiras que viviam no país a fim de adequá-las a sua nova proposta de Estado.

O governo polonês, que durante o final do século XIX e início do XX, enviou um grande número de imigrantes para as terras brasileiras, formando assim uma

²² Termo utilizado em referência a alternância de poder que ocorreu entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

relação de amizade entre os países. Em certos momentos, o governo polonês chegou a incentivar que os seus compatriotas imigrassem para o Brasil, devido às crises internas que assolavam o país. Dado esse histórico, o governo polonês reconheceu a liderança de Getúlio Vargas logo após o início do governo provisório, em 1930. (ver anexo 1).

O reconhecimento do governo polonês melhoraria a afinidade entre os dois países, e a partir de então o governo brasileiro passa a solicitar relatórios com mais regularidade a respeito da economia e situação política da Polônia. Em 1931, o governo polonês sugere a facilitação da tributação para a entrada do café brasileiro no país. No mesmo ano, também é criado o consulado na cidade de Gdynia (norte da Polônia). Além do consulado, o governo polonês convida a comissão brasileira a conhecer o seu material bélico e promete amortecimento alfandegário para a comercialização de café.

Ao que tudo indica o convite foi aceito, pois em 1932, fechou-se acordo com uma importadora polonesa de nome “Hegoma”, que ficou responsável por fazer a propaganda do café brasileiro em território polonês. Essa relação permaneceu forte até o início da Segunda Grande Guerra, em 1939.

Se no âmbito externo o Brasil começava a estreitar laços com a Polônia, internamente, já se começava a selecionar de uma forma mais pragmática os imigrantes que viriam para o país. A política de classificar, selecionar e restringir os imigrantes que representassem algum tipo de ameaça. Em especial que ainda relutavam em se adequar à cultura abasileiramento, como afirma ROCHA (2004):

Havia sim, grupos que entraram em defesa a tais ideologias, e por isso foram repreendidos; no entanto as medidas não foram restringidas apenas a esta minoria que oferecia “perigo” à nação por promulgarem suas ideologias. O que é incompreensível entender, é como tais medidas foram também adotadas contra aqueles que por simplesmente falarem sua língua materna, ou por aprenderem no seio de sua família os costumes, tradições, sofreram represália, humilhação e foram sujeitados a tomarem óleo, como o depoimento de Eduardo Will, como simbologia de um abasileiramento. A fala e a escrita em língua portuguesa tornaram-se sinônimas de identidade nacional, sendo que a não empregabilidade deste mesmo idioma, era visto como fator de exclusão e sérias medidas deveriam posteriormente ser empregadas por órgãos públicos. A Constituição de 1934 propunha estabelecer restrições quanto à formação educacional, ficando proibida a formação de agrupamentos de elementos “alienígenas” no Brasil (ROCHA,2004.s/p).

A partir de 1934, a nova constituição dá ao governo o poder de controlar com maior rigor a entrada de imigrantes no país, em especial, estabelecendo a lei de cotas, que determinava que não poderia chegar mais de 2% do total de imigrantes já fixados no país²³. A lei também determinava que o governo poderia barrar a entrada de estrangeiros que viessem de áreas que fossem tidas como propícias de virem indivíduos que pudessem ser considerados de difícil assimilação ou que pudessem disseminar ideias contra o governo. O governo também agora passava a expulsar do território o imigrante, caso comprovado caso de envolvimento com atividades subversivas. Em 1935, após a Intentona Comunista, liderada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), tendo por seu líder Luis Carlos Prestes, membro do Partido Comunista (PC) fez com que seus responsáveis fossem presos e estrangeiros expulsos do território, por serem vistos como indesejáveis pelo governo. As lutas por afastarem ares comunistas tidas pelo governo Pandolfi explica que a:

ANL defendia propostas nacionalistas e tinha como uma de suas bandeiras a luta pela reforma agrária. Embora liderada pelos comunistas, conseguiu congrega os mais diversos setores da sociedade e rapidamente tornou-se um movimento de massas. Muitos militares, católicos, socialistas e liberais, desiludidos com o rumo do processo político iniciado em 1930, quando Getúlio Vargas, pela força das armas, assumiu a presidência da República, aderiram ao movimento. em julho de 1935, apenas alguns meses após sua criação, a ANL foi posta na ilegalidade(...)

Ainda que a dificuldade para mobilizar adeptos tenha aumentado, mesmo na ilegalidade a ANL continuou realizando comícios e divulgando boletins contra o governo. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para um movimento armado com o objetivo de derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular chefiado por Luís Carlos Prestes. Iniciado com levantes militares em várias regiões, o movimento deveria contar com o apoio do operariado, que desencadearia greves em todo o território nacional. (PANDOLFI.S.I)

Após o fracasso da revolta comunista o governo passou a adotar várias medidas ainda mais centralizadoras com o pretexto de proteger o país do comunismo. Para isso, criou a Lei de Segurança Nacional (LSN) e passou a fomentar o sentimento de desconfiança generalizada na população, bem como o sentimento de ameaça, que faz parte da estratégia de poder. Tal artifício foi amplamente utilizado por Vargas, principalmente após 1935, depois da Intentona Comunista, em 1935. ZEN (2010) também explica a mudança que ocorreu modo que o governo passa a agir:

²³ Portugal era a única exceção.

A partir de 1935, um conjunto de medidas autoritárias e nacionalistas foi adotada pelo governo. Medidas autoritárias legitimadas por um discurso anticomunista. Foi a partir da Lei de Segurança Nacional que a ideia de uma conspiração do mito do complô internacional ganhou forma, o que permitiu, posteriormente, a instauração do Estado Novo em 1937. Cabe analisar como esta conjuntura afetou as atividades políticas dos imigrantes lituanos, poloneses e russos, cada vez mais pressionados com a desconfiança generalizada, as diversas prisões realizadas no período, bem com pelas leis de nacionalização do Estado Novo, que alteraram as formas de organização. Vargas fez uso das prerrogativas da Lei de Segurança Nacional (LSN), que ficou conhecida no meio operário como “Lei Monstro”. O dispositivo Legal fora promulgado em 4 de abril de 1935 e previa, em caso de conflito social grave, a censura à imprensa, a proibição de greves de funcionários públicos civis e militares e a expulsão sumária de estrangeiros envolvidos em atividades políticas. (ZEN, Erick.2010.p.118.).

Em 1935 também é criada o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) que serviu como ferramenta para intensificar ainda mais a repressão contra o estrangeiro, em um primeiro momento para julgar os envolvidos na Intentona, porém, se estendeu até que fosse organizada a defesa de justiça do Estado, o que não ocorreu. Após a instauração do Estado Novo o governo promover alarde entre os estrangeiros, pois para ser expulso, não necessariamente o imigrante teria que estar participando de alguma organização vista como subversivas ao governo, mas também o fato dele ter participado no passado, já dava motivos para a expulsão do território nacional. ZEN (2010) explica que:

O resultado desse arranjo pode ser visto no número de processo de expulsões. De acordo com os dados do Deops, foram expulsos de São Paulo, 82 estrangeiros entre novembro de 1935 e outubro de 1937. Entre as nacionalidades que tiveram maior contingente de expulsos constam trinta e oito espanhóis, quatorze lituanos, dez portugueses, oito italianos e três poloneses. (Nota: Relação dos extremistas expulsos do território nacional por portaria expedida pelo ministro da justiça e negócios interiores, e que foram embarcados por esta delegacia no período de novembro de 1935 a outubro de 1937). Vale ressaltar que estes foram os embarcados, ou seja, não entram nesta lista aqueles que sofreram processo, mas a expulsão não se efetivou devido a questões de legislação: se o estrangeiro era casado, ou possuía filhos nascidos no Brasil, por exemplo, a expulsão não se aplicava. Vale reafirmar que a expulsão não era uma pena, mas uma medida administrativa realizada por decreto do poder executivo. Significava que não era necessário ser condenado, mas apenas que o indivíduo fosse considerado “inconveniente ao país” Essa formulação vaga e abrangente abria amplas possibilidades para sua aplicação (ZEN,2010.p.126.).

Com essas medidas cada vez mais autoritárias e centralizantes, o Estado passa a obrigar o estrangeiro a assimilar o padrão de cidadão que sua elite

desejava. Envolvimento com atividades subversivas, até mesmo em um passado, já colocava o estrangeiro em suspeita para a polícia, e o risco de ser mandado embora já era considerável, principalmente se esse estrangeiro não tivesse filhos naturais no país nem fosse casado. Isso fez com que eles fossem pressionados a abrirem mão de suas culturas, e se “abrasileirarem” os imigrantes tiveram cada vez mais seus direitos restringidos.

Os imigrantes poloneses, residentes em São Paulo, por mais que fossem filiados ao PCB e não possuíssem registros de envolvimento com entre defensores do comunismo e capitalismo no Deops. Porém, uma parte de sua população era composta por judeus que estavam imigrando em massa, fugindo da perseguição da Europa e estes eram vistos pela elite brasileira como “indesejáveis” por não terem envolvimento direto com as atividades ligadas ao trabalho em fábricas e isso fez com que eles pressionassem o governo a impedir a chegada em massa desses indivíduos que poderiam apresentar perigo à economia que estava se desenvolvendo.

O imigrante, antes visto como um fator fundamental para o desenvolvimento da economia agora era visto como ameaça para a elite brasileira por apresentarem traços fortes de sua cultura, o que fugiria ao ideal planejado por eles.

Os setores das classes dominantes que temiam as reivindicações populares criticavam o liberalismo por entender que a “anarquia” liberal era um convite à expansão do comunismo, que deveria ser combatido revitalizando-se os ideais de ordem e hierarquia. Por outro lado, os partidários da revolução social pressentiam, na crise do sistema capitalista, a aurora da própria revolução proletária que livraria os subordinados do domínio da burguesia. O conflito, instaurado no cerne da luta de classes, demonstrava o papel chave para sua resolução designada à classe operária no imaginário político do período. (FLORINDO, 2000, p.33.).

A luta para evitar o comunismo leva o governo a pôr em prática mitos políticos e planos para conseguir arrancar os ciscos que estes imigrantes ainda detinham de sua cultura, para o Estado se manter no poder. Um desses foi o de conspiração, que dizia que se planejava instaurar um governo comunista no país, o que causou grande comoção por parte da população, e o presidente Vargas então passa a ser a figura que combate ao comunismo e qualquer um que se opusesse seria cúmplice ou traidor da nação.

Nesse contexto, o estrangeiro russo e polonês – judeu ou não – era considerado ingrato pelo governo e pela população, que associavam eles ao comunismo e suspeita de tentativa de instaurar o comunismo e esses agentes infiltrados deveriam ser combatidos. Por isso, no período em que o Deops esteve em funcionamento a delação anônima era muito comum, pois se forjou no cidadão um dever patriótico de defender o seu país da ameaça comunista.

O Estado Novo (1937-1945) antecedeu a um período marcado por fortes agitos políticos e foi um período marcado pela repressão e censura de movimentos políticos das massas a centralização do aparato estatal, assim como também a repressão. O executivo tornou-se principal órgão do país passando a ser independente do Congresso Nacional. Sob pretexto de um golpe, intitulado Plano Cohen, que falava da tentativa de um novo golpe comunista que estava para acontecer e isso acabou fazendo com que Getúlio Vargas decretasse estado de sítio. Foi então instaurada uma ditadura, conhecida como Estado Novo.

Segundo a definição de Florindo (2000)

O Estado Novo foi a resposta definitiva do governo de Vargas às tensões e conflitos sociais oriundos da modernidade e emergência da sociedade de massas. A estratégia da modernização, da política de mudança orientada pelo alto, chega aí ao seu ápice. O Estado que emergiu em 1937 centralizou os poderes e fundou novas agências para expandir seu controle sobre a sociedade. Criaram-se aparatos para difundir a ideologia corporativa, para engrandecer a posição do chefe da nação, assim como para exercer a censura nos meios de comunicação, caso do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Na busca de direcionar os caminhos da industrialização, o Estado passa a intervir mais na economia. (FLORINDO.2000.p.37.)

Após o golpe, ocorre aumento na política repressora ao imigrante que agora será forçado a aderir a identidade brasileira, pois uma das políticas mais fortes neste período foi quanto ao incentivo ao nacionalismo. Seja pelo ensino do idioma português ou pela censura a manifestação política dos estrangeiros. Tal não foi bem visto pela comunidade polonesa, que em um de seus comunicados, ainda pede ao governo brasileiro que mantenha suas escolas localizadas em colônias, porém, respeitando o tratado de Westfália²⁴, acata a decisão soberana do Brasil.

²⁴ O Tratado de Vestfália, de 1648, foi marcado por ser o início dos Estados Soberanos, onde a partir dele, foram definidas as fronteiras dos Estados e controle absoluto sob esses territórios.

3.2 O Estado Novo e a intensificação da repressão

Com o início do Estado Novo, o governo desburocratiza as tensões do país, centralizando ainda mais suas decisões políticas, em especial, as questões nacionalizantes se seus habitantes estrangeiros, que precisavam absorver a cultura e ter sentimento nacional consolidado, desejo do Estado para que fosse dado cabo ao objetivo do Estado.

O governo polonês novamente reconhece de imediato o governo de Getúlio Vargas. (ver foto anexo 2) Porém, seu relacionamento com o Brasil já estava apresentando algumas dificuldades, pois é percebida uma mudança na relação com os dois países, principalmente no que toca ao recebimento de poloneses que buscavam refúgio no Brasil, devido a situação na qual seu país se encontrava. Nos anos anteriores, segundo dados do ano coletados junto ao museu do Itamaraty, referentes a embaixada do Brasil em Varsóvia , ocorreram diversos acordos no que tange a comercialização do café brasileiro, e também a importação de trilhos do país. Porém, a partir de 1935 começa-se a ter questionamentos quanto a recepção de judeus poloneses no país, que devido a sua política de restrição de imigrantes, começa a negar a entrada de estrangeiros tidos como indesejáveis, por estes frequentemente se envolverem com causas sindicais agitações comunistas.

Além disso, jornais poloneses começam a denunciar situações de exploração e censura pelo qual seus compatriotas estavam sendo sujeitos no país. E 1936, o Brasil, através do Ofício número 303 do dia 31 de março, apresenta um relatório falando sobre a relutância do Brasil em receber imigrantes de origem judia. Em questão ao início da Era Vargas, podemos ter claro que a burguesia brasileira, a partir dos anos 1930, muda sua postura com relação ao imigrante.

Com o início do Estado Novo, as políticas restritivas para os imigrantes se intensificaram, devido a intensificação da política de nacionalização, onde o ensino do português passa a ser obrigatório nas escolas. O ensino do idioma português nas colônias e escolas étnicas foi um auxiliador na construção do sentimento nacional do Brasil. Vargas acreditava que os filhos dos estrangeiros tendo contato com a cultura brasileira, seriam mais factíveis de assimilar os valores, disseminando em seus núcleos familiares, ou seja, os filhos de estrangeiros tendo contato maciço com a cultura do seu país, aos poucos deixariam de lado a cultura e o idioma dos seus pais

e restrito à suas casas. Com isso, se acreditava que eles aprenderiam a ser brasileiros.

Vargas também promoveu o fechamento das escolas e fez o confisco de materiais em idioma estrangeiro, obrigando as escolas a usarem todo o seu material em português. Além disso, obrigou que os professores e corpo discente das escolas fossem brasileiros natos, além de proibir a circulação de material em língua estrangeira. Mais tarde, as escolas em regiões de colônias deveriam ser fiscalizadas e caso fossem descobertas irregularidades, os responsáveis seriam presos e a escola fechada.

Por isso, o texto defendia a proposta do Estado de nacionalizar as escolas localizadas nos núcleos coloniais para a constituição da futura nacionalidade brasileira. Essa nacionalização seria uma complementação ao processo de assentamento de brasileiros nos núcleos coloniais que auxiliaria na assimilação dos estrangeiros (Viana, 1991:386). Os filhos dos imigrantes poderiam, dessa forma, receber uma educação formal nas matérias que interessavam ao Estado e à sociedade. Essa seria a maneira encontrada para inserir o elemento cultural brasileiro nas famílias imigrantes (principalmente as de origem não-ibérica), interferindo nas possíveis tentativas de manutenção dos valores de origem estrangeira. Assim, os imigrantes não apenas deveriam falar a língua portuguesa, mas também passariam a aceitar os valores brasileiros em detrimento de seus valores de origem. (BUENO.2008.p.37).

A tentativa do governo de criar sentimento nacional que ainda tinham resquícios culturais de seus países de origem não se ateve somente ao âmbito educacional. Além dessas, as coletividades estrangeiras também foram severamente atacadas e reprimidas. O que causou resposta imediata por parte da imprensa polonesa e do governo polonês. (foto anexo 3) Tanto no que toca a imigração para o Brasil, como também, sobre a situação das escolas estrangeiras – no caso as polonesas – que deveriam lecionar agora em português, sendo proibida de ensinar o idioma polonês. (foto anexos 4 e 5). A pressão por parte da elite brasileira no governo para intermediar com relação a situação desses imigrantes “inasimiláveis” fez com que o governo criasse decretos dificultando a entrada deles e no setor externo, isso poderia atrapalhar na busca por parceiros comerciais na busca pela industrialização.

O desejo de se criar uma nação homogênea com valores aceitos pela elite política do país seria uma das principais funções da língua nacional, ou seja, criar os

limites de identidade coletiva que se contrapõe a outras identidades (igualmente coletivas) exteriores a ela (BUENO.2008.p.37).

O segundo e terceiro parágrafos do relatório emitido pela embaixada polonesa (foto anexo 6) mostra como o governo polonês reagiu às medidas nacionalizantes que estavam sendo aplicadas com mais severidade no país e depois salienta sobre o histórico migratório que a América Latina teve como um todo, uma vez que, o governo brasileiro estava cada vez mais forçando o imigrante a abandonar seus traços culturais.

Em 18 de abril de 1938, também são outorgados vários decretos com cunho nacionalizantes, cabe analisarmos o Decreto Lei Nº 383 (anexo 6), que proibia, entre outras coisas, manifestações culturais, músicas, bandeiras e qualquer coisa que remetesse ao país de origem. Além disso, caso fosse feita alguma manifestação cultural, a polícia teria de ser avisada e dar o aval para que pudesse ocorrer. Os direitos políticos aos estrangeiros do país também foram revogados. A ideia de combater o comunismo por meio da repressão de qualquer manifestação política – ou não – do estrangeiro era muitas das vezes usada como pretexto para aplicação das leis mais duras para adaptar o estrangeiro.

A estratégia repressiva permitiu que o órgão de contenção assumisse um papel preponderante na imposição do projeto político autoritário e corporativo. Devido ao crescimento das prerrogativas policiais do Estado e a garantia da impunidade consignada pela legalização da estratégia de guerra interna contra os dissidentes, a polícia exacerbou seus procedimentos, assumindo certas posturas parecidas com suas congêneres dos países totalitários. (FLORINDO, 2000.p.38.).

As comunidades russas e polonesas tiveram diversas associações fechadas pela polícia por suspeita de difusão do comunismo. Entre algumas também constam nos relatórios do Deops associações colaboracionistas com o governo, como é o caso da União Russo – Branca Ukraniana. A lei provocou o início de uma série de inquéritos pela busca de comunistas. Várias delas não obtiveram resultados. Além dessas, o governo fecha a ANL e a União Feminina do Brasil.

Além dessas medidas, o uso de idioma estrangeiro foi proibido sendo previsto prisão, caso fosse pego em flagrante. Jornais também foram impedidos de circularem notícias em idioma diferente do português. O que não os impedia que

continuassem, mesmo que na clandestinidade. Tais medidas foram entendidas como ameaçadoras e ultrajantes pelo governo polonês, que passa a recomendar aos seus nacionais que migrem para a Argentina para escapar da repressão.

Esse período que antecede a Segunda Guerra Mundial tenciona ainda mais as relações da Polônia, que mandava um grande contingente de judeus que procuravam escapar dos horrores que o governo nazista submetia a comunidade judaica que vivia no país. Como dito anteriormente, a comunidade judaica, seja ela polonesa ou russa, não era bem vista por parte da elite brasileira, que os enxergava como comunidades de difícil assimilação e passíveis de envolvimento com o comunismo e agitações contra o governo.

3.3 – Análise sobre a influência das medidas restritivas da Era Vargas nas relações do Brasil com a Rússia e Polônia.

As medidas restritivas encabeçadas com o início do governo Vargas tinham o objetivo, de adequar o estrangeiro que vivia no Brasil – que ainda não tinha assimilado a cultura brasileira idealizada pela elite do país – deixarem suas influências trazidas de seus países de origem de lado e se adequassem a uma nova proposta de cidadão, nação e cultura que lhes fora planejado.

Dado o fenômeno do aumento da indústria em São Paulo, no começo da década de XX, fez com que novamente o Brasil fosse destino de pessoas que, devido às tensões internas em seus países – seja ela guerra, ditaduras, crises econômicas decorrente as do rearranjo do sistema internacional – imigrassem para outros países. Dentre esses novos imigrantes, dois grupos foram importantes no processo de formação da indústria paulista, e são eles os russos e poloneses e que como já vimos, fizeram peça chave nos processos de busca por melhores condições nas fábricas das grandes cidades.

Esses imigrantes europeus que chegaram com novos ideais contestatórios ao regime capitalista vigente se organizaram nas fábricas que trabalhavam e foram responsáveis por disseminar questões sindicais aos outros trabalhadores, o que não foi bem recebido pela elite. Esses estrangeiros planejaram e fizeram uma série de protestos e greves no decorrer dos anos 1920. Essa nova postura agora mais assertiva por parte do imigrante faz com que este imigrante, que até então era visto

pela elite agroexportadora como força de trabalho e sinal de avanço, passasse a ser encarado como um empecilho e fardo na sociedade, pois estes não atendiam as especificações étnicas/culturais que o Estado desejava, porém, por serem brancos europeus, acabavam por conseguirem entrar e se estabelecer no país.

A partir da década de 1930, com o início da Era Vargas e a mudança do cenário internacional, esses imigrantes que antes eram vigiados de longe, agora passam a ser perseguidos abertamente, por serem vistos pela elite como parasitas, seres inassimiláveis que não conseguiam se adequar a cultura brasileira. As elites então demandavam do governo, medidas que freassem essas “más influências”, que poderiam prejudicar os interesses do país, difundindo ideais comunistas que seriam capazes também de acabar com os planos de Vargas de conseguir desenvolver a indústria de base, fazendo com que o país saísse da condição de país agro exportador.

Para isso, Vargas, aparelha o Estado cada vez mais, com o objetivo de restringir esses imigrantes que poderiam acabar com os seus planos de construir uma sociedade com novos moldes e com valores nacionais consolidados. Com o início do Governo Constitucional, em 1934, o Estado varguista passa no fim do Governo Provisório, a adotar a estratégia de restringir, selecionar e controlar o imigrante que vai vir para o Brasil. Para isso, favorece a entrada determinado países e dificulta a de outros.

Uma dessas medidas foi a que refere às cotas para a entrada de imigrantes no país. Ou seja. Só poderiam desembarcar no Brasil, a nacionalidade que tivesse até 2% do total de imigrantes já alocados no país. Além disso, no âmbito político, em 1935 ocorre uma tentativa de golpe no governo, que consegue reprimir o ataque e como consequência se aparelha mais, podendo agora expulsar sumariamente o imigrante que fosse considerável indesejável ou inassimilável à cultura do país ou tivesse envolvimento com tentativas de difusão do comunismo no país.

As comunidades Russas e polonesas foram devidamente afetadas com essas medidas a partir do momento em que muitos judeus de origem polonesa estavam solicitando a entrada no Brasil, mas tinham suas permissões negadas, pois, o governo entendia que esse grupo de estrangeiros em específico não era bem visto por outros povos. Como vimos, alguns judeus que imigraram para o Brasil nos anos 20, eram ligados ao Partido Comunista e outras atividades que o governo julgava

como perigosas à ordem pública, por isso, ocorre uma resistência quanto a entrada desta etnia.

Já os russos, sentiram o começo das restrições também na forma de maior intensificação da repressão do Estado, que se vale da luta para livrar o país do comunismo, como desculpa para fortalecer ainda mais o seu braço repressor.

Os mitos divulgando tanto pela imprensa quanto pela mídia acerca de uma possível revolução comunista no Brasil e demais país também serviu para criar alarde na massa e justificar o aumento da repressão policial.

O ano de 1937, um antes de Vargas ter que passar o mandato, ocorre uma tentativa de golpe, intitulado de "Plano Cohen²⁵", sobrenome comum dado aos judeus. Isso faz com que Getúlio Vargas declare estado de guerra, fechando o senado, até que a situação se normalizasse, o que não ocorrera até Vargas ser retirado do poder, em 1945. Com o início do Estado Novo, em 1937, a repressão a comunistas ou a quem fosse contra o governo aumenta mais. No período do Estado Novo Vargas implanta mais restrições que afetariam os imigrantes. Agora, as manifestações culturais seriam vetadas, além de participação política também não mais seriam deixados com imigrantes. O decreto N°383 proibiu a circulação de jornais em outro idioma fora o português, programas de rádio e manifestações culturais e patrióticas de outros países também estariam proibidos.

O plano de abasileiramento do imigrante também é intensificado. Agora as escolas são obrigadas a ensinarem o português, sendo proibido o ensino de outro idioma nas escolas, sejam elas em colônias ou em cidades. Também fica proibido, a partir de 1939, falar outro idioma em público fora o português também.

Podemos ver a clara intensificação das medidas restritivas nas comunidades estrangeiras que viviam no Brasil. Sendo cada vez mais incisivas, as políticas nacionalizantes que Vargas empreendeu nelas, com o intuito de retirar os resquícios que impediam refletiam o desejo da elite de afastar quaisquer que fossem as tentativas de se difundir o comunismo em território nacional, assim como também, de lapidar o estrangeiro que ainda resistia a se adequar a cultura brasileira. Para isso, Vargas focou nas políticas de ensino, que atingiriam a população jovem do país, que seria a de filhos de imigrantes, que aos poucos passariam os valores de cidadãos brasileiros aos seus pais, ensinando-os a serem brasileiros.

²⁵ Cohen é tido como um sobrenome comum dado a pessoas da etnia judia.

Além dessas medidas também, é observada a clara recusa por parte do governo em receber deslocados da guerra da Europa, onde o governo cada vez mais, barra a entrada de judeus em seu território. Essa situação só muda com o fim do Estado Novo, em 1945, quando Vargas sai do poder.

Sobre a análise de dois níveis, se considerarmos o desenvolvimento da política interna e os fatores externos como as variáveis formadoras da política exterior, tendo sempre como foco analítico negociações em dois níveis, o doméstico e o internacional. O governo estatal pode até receber estímulos de outros atores na formulação e implementação de sua política externa, mas somente ele apresenta soberania consentida internacionalmente para executá-la, tornando assim suas ações legítimas DUROSELLE (2000).

Aplicando ao caso brasileiro vimos que as demandas internas do país influenciaram para que fossem formuladas políticas para atender a demanda interna do país. Para isso, o Brasil negocia com países da Europa, principalmente, mão de obra para servirem como substitutos da mão de obra negra escrava em seus cafezais, no período em que a cafeicultura passava pelo seu auge. Após o início do século XX, e o surgimento cada vez maior de fábricas na cidade de São Paulo, pode-se observar que o jogo onde os formuladores de política muda, porém, ao invés dos agroexportadores demandarem por políticas ao governo, agora quem pede são os empresários, que precisam manter seu processo de fabricação em ritmo acelerado.

Porém, agora os imigrantes que chegam às fábricas vêm com ideias que não iam de encontro com os empresários, principalmente no que tange a questões como carga horária e trabalho de mulheres e crianças. Putnam acredita que as particularidades políticas, sociais econômicas e sociais influenciam nas suas relações internacionais, assim como também sua forma de inserção no sistema internacional. Junto a esses elementos, também temos a Política Externa desses Estados, onde aglutinam fatores internos e externos para suas tomadas de decisão.

O Brasil, a partir da Era Vargas, começa a mudar suas demandas com relação a mão de obra, pressionando o governo a adequar os estrangeiros tidos como pouco assimiláveis a se enquadrarem a sua nova realidade. Seja por meio de influência de políticas ou por meio de forte repressão.

LIMA (2006) acredita-se que a política interna do país é uma das principais chaves de explicação do jogo internacional. Segundo as concepções realistas, duas

preocupações seriam fundamentais para cada Estado: o poder e a segurança. Internamente, a luta pelo poder é regulada pelas leis e instituições domésticas. No internacional, as leis e instituições são governadas e circunscritas pela luta de poder. Putnam acredita que as negociações entre primeiro e segundo nível (I Internacional e doméstico II, necessariamente nesta ordem). Para o autor, as negociações ocorrem em dois campos: o doméstico II e o internacional I.

Como já dito, a política exterior de um país é influenciada por vários fatores, nos quais podemos citar partidos políticos, classes sociais e seus interesses - pode ser econômicos ou não. Legisladores, opinião pública e eleitores, no nível II doméstico.

No segundo nível os governos procuram aumentar sua área de influência para suportar melhor pressões domésticas para assim suavizar o impacto que isso pode acarretar no desenvolvimento estrangeiro. Os grupos também pressionam os governos a cederem a seus interesses, obrigando - os a formularem políticas que os agradem e faça sua influência aumentar no cenário interno. Nesse momento os dois níveis devem ser considerados na hora da negociação. O negociador procurará alcançar um acordo que seja atrativo para o nível doméstico, nível II.

Vimos durante os anos 1930 que vários grupos demandaram sobre o governo alternativas para que fosse resolvido o problema do comunismo e meios para que a indústria no país fosse desenvolvida.

A partir dos anos 30, conseguimos visualizar um jogo de dois níveis: agora a elite industrial faz pressão no governo para que este não deixe judeus entrarem no território brasileiro, pois tinham medo destes atrapalharem seus negócios. Então o Estado formula leis para barrar a entrada de imigrantes tido como subversivos.

Junto com essa análise, aplicaremos a teoria dos jogos de dois níveis, de Robert Putnam, veremos como se deu o jogo das elites internas (II nível) trabalharam, a fim de formularem alternativas para satisfazerem suas necessidades em conjunto como por exemplo abastecer seu mercado que buscavam por mão de obra branca europeia e depois na luta pelo poder cada um defender os seus interesses vitais. A análise dos mecanismos formulados por PUTNAM, (1988) em seu trabalho. *Diplomacy and domestic politics: the logic of two- level games*" a teoria é utilizada pelos negociadores e tomadores de decisão na construção de uma política externa e também na relação com outros negociadores, seja no plano doméstico, seja no plano internacional.

A Polônia e Rússia entram neste jogo entram como duas peças a serem barganhadas e os dois níveis que se articulam a fim de no primeiro momento, pré Vargas, receberem esses imigrantes, que seriam importantes para a economia agrária que passava por expansão. O primeiro e segundo nível entram em equilíbrio na questão do imigrante.

Após Vargas, as elites refletiam sobre receber ou não esses imigrantes. O primeiro nível tenta alocá-los no país, entretanto o II nível reage pressionando o seu governo a formular políticas para que o doméstico não seja comprometido e o Estado, como sempre deseja aumentar suas influência e força no cenário internacional, formula leis para se proteger desta ameaça que pode vir a ameaçá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades russas e polonesas que habitavam a cidade de São Paulo durante o período da Era Vargas, sofreram forte repressão por parte do Estado e tiveram uma série de direitos revogados ou suspensos, por estarem contrários aos ideais e o modelo de imigrante que a elite desejava. Entre várias medidas que o governo de Getúlio Vargas adotou com o intuito de reprimir e adequar os imigrantes (à nova proposta de brasileiro que se desejava empreender), o governo durante o Estado Novo, lança um decreto lei, em 1938, (Decreto de número 383),

Esse Decreto lei restringia os direitos dos estrangeiros de se manifestarem culturalmente ou politicamente, comemorando datas importantes para seu país de origem, seja qualquer manifestação que fosse considerado patriota. Suas reuniões e organizações étnicas também passam a ser vigiadas de perto pela polícia e logo estes imigrantes são proibidos se organizarem em associações. Além disso, foi proibida a circulação de jornais e revistas em idioma estrangeiro dentro do território nacional.

Durante o trabalho, procuramos analisar as políticas restritivas que ocorreram durante toda a Era Vargas e vimos que o governo se aparelhou de tal modo a tentar assimilar o estrangeiro por força a se adequarem ao ideal cidadão que se buscava empreender e assim, afastar qualquer influência comunista que se pudesse ter na sociedade.

Reprimir violentamente os estrangeiros que iam contra a elite, fez com que aos poucos esse imigrante buscasse meios para conseguir cada vez mais influenciar o governo se aparelha ao ponto de todos, a fim de adequar esse imigrante ao seu plano de criar uma nova identidade nacional.

Portanto, a hipótese levantada no começo do trabalho afirmando que o decreto N°383 influenciou nas relações com os países estudados é refutada, pois por mais que o decreto N°383 conseguisse reprimir e inibir as comunidades russas e polonesas de participarem de suas coletividades, estes conseguiam arrumar brechas para manterem suas culturas vivas. Segundo analisamos, a proibição de manifestações culturais foi um dos mais brandos de todas as restrições que foram vistos. No tocante a relação do Brasil com Varsóvia já estava comprometida, porém, pelo motivo do Brasil estar dificultando a entrada de seus nacionais fugidos da guerra em território brasileiro. Inclusive, judeus que estavam fugindo dos horrores da

Segunda Guerra. Outro decreto que realmente fez com que fossem abaladas as relações entre Polônia e Brasil foi o de cotas, de 1934 e o da proibição de idiomas estrangeiros em território nacional e proibição do ensino do idioma polonês nas escolas localizadas nas colônias.

Com a Rússia, pelo país não ter relações diplomáticas com o Estado brasileiro desde 1917 e também não ter documentos diplomáticos anterior da época, confirmamos a hipótese de que o país, usando como pré-suposto o fato de que por estar passando pelo processo de industrialização interna e durante o Estado Novo, estar envolvida em conflitos na Europa, a Rússia não teve medidas austeras para com o Brasil, embora tenha tentado disseminar seus ideais comunistas em território brasileiro.

Para próximos estudos, seria interessante se agora, fosse analisado o lado oposto das cartas, vendo se os boletins emitidos da Polônia com relação ao Brasil vão de encontro ao o que de fato estava ocorrendo no país. Com a Rússia, resta procurar saber se existem documentos que confirmem a situação política do Brasil na época para que assim, consigamos descobrir mais de como se deu o relacionamento diplomático entre esses três países.

REFERÊNCIAS

A REVOLUÇÃO de 30: **seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas**. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p.

acesso em 03/10/2015

BARTEL, Carlos Eduardo. **O movimento sionista e a formação da comunidade judaica brasileira (1901-1956)**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

2012. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61713/000865114.pdf?sequence=1>> Acesso em: 21 out. 2015.

BASTOS, Maria Antonieta de Toledo Ribeiro et al. **O Universo do trabalho do imigrante em Itu- SP (1876 -1930)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996. 242 p.

BASTOS, Sênia; SALLES, Maria do Rosário Rolfsen. A imigração polonesa para São Paulo no pós-Segunda Guerra Mundial no quadro das entradas dos "deslocados de guerra": 1947 a 1951. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 31, n. 1, p. 151-167, June 2014 . Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982014000100009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 14 Jul. 2015.

BRASIL. Constituição, 1938. BRASIL. DECRETO-LEI Nº 383, DE 18 DE ABRIL DE 1938

BRASIL. Aquivos da embaixada brasileira em Varsóvia –Polônia. Museu Histórico do Itamaraty do Rio de Janeiro.

Tempo Social: Sociologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 1, p.18-31, nov. 1989.

Semanal. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v1n1/0103-2070-ts-01-01-0029.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico.

Estud.av., São Paulo , v. 26, n. 75, p. 137-156, Aug. 2012 . disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:12/06/2015

BUENO, Alexandre Marcelo. **O estado novo e sua relação com os imigrantes: a língua como defesa dos valores nacionais. Estudos Semióticos**. [online]

Disponível na Internet via < <http://www.fflch.usp.br/dl/semiotica/es.>> Editor Peter Dietrich, Número 4, São Paulo, 2008. Acesso em 27/04/2015.

BUENO, Alexandre Marcelo. **Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas**. Revistas USP, São Paulo, v.9. n 2, p.25-43, dez.2013. Semestral. >. Acesso em: 18 ago.2015

BUENO, Alexandre Marcelo. **Intolerância Linguística e Imigração**. 2006. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Bytsenko, Anastassia. **Imigração da Rússia para o Brasil no início do século XX. Visões do Paraíso e do Inferno (1905-1914)**. Dissertação (mestrado em Letras) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8155/tde-12112007-132926/pt-br.php>>

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Literatura de Imigração al. **O Universo do trabalho do imigrante em Itu- SP (1876 -1930)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996. 242 p.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Literatura de Imigração Memórias de uma diáspora.) Acervo: **revista do Arquivo nacional**. — v. 10, n. 2 (jul./dez. 1997). — Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 1998. v.; 26 cm

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. o anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de lima geração (1930-1945),. São Paulo, Brasiliense, 1988, 600 p.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Deops e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os Militantes. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

CASTELLAN, G.R. Artesões da Subversão. Os trabalhadores Gráficos e o Deops: repressão e resistência durante a Era Vargas (1930-1945). 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

Cencelli Elizabeth. Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, Dec. 2003 .disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25 AGO. 2015.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 526 p. (Coleção o Brasil e o Mundo).

CHARLES, Taylor. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Editora Loyola, 2000, p.309pp

CHOR, Marcos. Resenha: O Anti-Semitismo na Era Vargas. **Estudos Históricos**, n.2 1988. Disponível em:
 <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAAahUKEwido97D85fJAhXBGpAKHWFHAE0&url=http%3A%2F%2Fbibliotecadigital.fgv.br%2Ffojs%2Findex.php%2Freh%2Farticle%2Fdownload%2F2160%2F1299&usq=AFQjCNGwomtko-rMQwdzYu8gXcjlC79s3w&sig2=0OvIOENwJfpe6tnjLE-EXg&bvm=bv.107467506,d.Y2I>>. Acesso em: 23 out. 2015.

COSTA, Julio Cezar Zorzenon. **Desenvolvimento Econômico e Deslocamento Populacional no Primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Tese (Doutorado em História Econômica) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em
 <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-13062011-100607/en.php>>
 acesso em 03/10/2015

COSTA, Sérgio. **A construção sociológica da raça no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, ___ v.24. n.1, p35 – 61, jun.2002. Mensal. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2002000100003&script=sci_arttext>.
 Acesso em: 15 out. 2015

CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.2000.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais Eli Diniz: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. 680 p. Edição editada e ampliada.

FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira**: BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1º sem. 2009 disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/viewFile/3002/1933>>

FLORINDO, Marcos Tarcísio. **O Serviço reservado da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo na era Vargas**. 2000. 247 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2000. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93306>>.

FRANCO, Gustavo; LAGO, Luiz. O processo econômico In: SCHWARCZ, Lilia (org.) **A Abertura Para o Mundo**.. São Paulo: Mapfre e Editora Objetiva, em Coedição, 2012. 308 p. 3 v.

FREIXO, André de Lemos. O anti-semitismo nas Américas de Tucci Carneiro. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan./jun. 2008, p. 258-265. Disponível em: < >. Acesso em: 18 out. 2015.

FVG CPDOC. **Revolta Comunista de 1935**, Dulce Chaves Pandolfi Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista> acesso em: 08/10/2015

GAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

GERALDO, Endrica. A “Lei de Cotas” de 1934: Controle de estrangeiros no Brasil. **Cad. AEL**, n. 27, v. 15, 2009. Disponível em: <http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/157>. Acesso em: 23 out. 2015.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

HEBE, Mattos. A vida política In: SCHWARCZ, Lilia (org.) **A Abertura Para o Mundo**.. São Paulo: Mapfre e Editora Objetiva, em Coedição, 2012. 308 p. 3 v.

HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

LIMA, Raul Milton Silveira. **O personagem judeu na literatura brasileira**. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Cultura e Literatura Judaica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-12112007-132347/pt-br.php>> Acesso em: 22 out. 2015.

LIMA, Pericles Pedrosa. **Os jogos de dois níveis de Putnam, a política externa ambígua de Vargas e o projeto desenvolvimentista**. Revista Fronteira, Belo Horizonte, n,9 v,5,2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/4079>> acesso em :15/10/2015

Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas. Estudos Semióticos. [on-line] Disponível em: <<http://revistas.usp.br/esse>> i. Editores Responsáveis: Ivã Carlos Lopes e José Américo Bezerra Saraiva. Volume 9, Número 2, São Paulo, Dezembro de 2013, p. 35–43. Acesso em 27/04/2015.

MAGRO, Breno Simões. **Política Pendular em Relações Internacionais na Era Vargas de 1930 a 1945**: O comércio Exterior à Luz da Teoria Política de Ator Racional. 2004. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5560/1/2004-Breno Simoes Magro junior.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5560/1/2004-Breno%20Simoes%20Magro%20junior.pdf)>. Acesso em: 1 out. 2015.

MAIO, Marcos Chor. Qual anti semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil dos anos 30. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

MAZUREK Jerzy: **Brasil e Polônia : 90 anos de relações diplomáticas**. Brasília:embaixada da Polônia s/d.

MICELI,Sérgio.A política cultural. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

MORENO, Jamile Coelho. Conceito de minorias e discriminação. **Revista USC**, n. 17, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/view/888> Acesso em: 24 out. 2015.

MORENO, Jamile Coelho.Conceito de minorias e discriminação.Bauru.v.17,p141-156.jul.2009. disponível em: seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/download/888/740: disponível em:

OLIVEIRA, Gilvan Müller. Brasileiro fala português: monolinguísmo e preconceito lingüístico. O Direito á Fala.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. 291 p.

PANDOLFI, Dulce Chaves: A revolta comunista de 1935. FGV CPDOC .[S/A] S.I disponível em:<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/RevoltaComunista>>

PANDOLFI, Dulce. Apresentação: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PATRICIO, Manoel Ferreira. A identidade Cultural num mundo intercultural **Paulo' de 1942 a 1948**. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Cultura e Literatura Judaica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-04122009-154211/pt-br.php>> Acesso em: 20 out. 2015.

PINTO, Cristiano Rosalino Braule. **Uma análise do discurso de 'O Estado de S.**

PINTO,Sérgio Murilo. A doutrina Gois: Síntese do pensamento militar no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**.São Paulo: Brasiliense, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

PUTNAM, Robert D.. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 18, n. 36, p. 147-174, June 2010

.Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 03/10/2015

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Identidade Cultural, Identidade Nacional do

REPENSANDO o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro:Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 14. ed. São Paulo: Ed. Cia das Letras, 1995. 476 p.

ROCHA, Simone. O poder da linguagem na Era Vargas: o abasileiramento do imigrante. **Anais do 6º Encontro Celsul**: círculo de Estudos Lingüísticos do Sul. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n16/2237-101X-topoi-9-16-00258.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

RUIVO, Pedro. **A imigração: uma visão geral**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.

RUSSEL,R.**Política Internacional:Enfoques y realidades**.Buenos Aires; GEL,1990.

SANTOS, Fabiane dos. A construção do inimigo: é tempo de guerra, medo e silêncio. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, n. 2, v. 1, 2007. Disponível em: < <http://nexos.ufsc.br/index.php/sceh/article/viewFile/34/113>>. Acesso em: 26 out. 2015.

SCHWARCZ,Lília. Marcas do período.In: SCHWARCZ,Lília (org.) **A Abertura Para o Mundo**..São Paulo: Mapfre e Editora Objetiva, em Coedição, 2012. 308 p. 3 v.

SEYFERTH, Giralda. Imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando O Estado Novo**.. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999.

SILVA, Adelgicio José. **O imigrante Judeu na obra de Erico Verissimo**: e seu papel na formação da sociedade brasileira. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Cultura e Literatura Judaica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-17032008-123832/pt-br.php>> Acesso em: 22 out. 2015.

SILVA, DGB: org., KOMISSAROV, BN, et al., eds. **Os Diários de Langsdorff** [online]. Translation Márcia Lyra Nascimento Egg e outros. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 400 p. Vol. 1.disponível em < <http://books.scielo.org/id/q5cc4/pdf/silva-9788575412442-04.pdf> > acesso em 18/06/2015

SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Willians. **Relações Exteriores do Brasil I: (1808 -1830)**. Petropolis: Vozes, 2009. 184 p.

SILVA, J.A. **O Imigrante Judeu na Obra de Erico Veríssimo”: e seu papel na formação da sociedade brasileira.** 2007. 172 f Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: www.teses.usp.br/.../DISSERTACAO_ADELGICIO_JOSE_SILVA.pdf

Tempos de Vargas : **o rádio e o controle da informação** / Othon Jambeiro ... [et al.] ; preparação de originais e revisão : Tania de Aragão Bezerra, Magel Castilho de Carvalho. - Salvador : EDUFBA, 2004. 191 p.

VIANA, Oliveira. **“Imigração e Colonização Ontem e Hoje”**. In: Ensaios Inéditos. Campinas, Editora da Unicamp, 1991. (original publicado em 1943)

VOROBIEFF, Alexandre. **Identidade e memória da comunidade Russa na Cidade de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062007-141410/pt-br.php> > acesso em 13/06/2015

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. **II Guerra Mundial e Imigrantes Poloneses no Brasil: reflexos da memória local.** Revista Fazer, Erechim, v.3, N.1, 2015. Disponível em: http://www.faers.com.br/revista_fazer/edicao/8. Acesso em: 15/08/2015

WILHELMY, M. **Internacional: Enfoques y realidades.** Buenos Aires; GEL, 1998
XAVIER, Marco Antonio. Ribeiro et al. **O Universo do trabalho do imigrante em Itu- SP (1876 -1930).** 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1996. 242 p.

XAVIER, Marco Antonio. Perfil Institucional Memória do Imigrante) Acervo: revista do Arquivo nacional. — v. 10, n. 2 (jul./dez. 1997). — Rio de Janeiro: Arquivo nacional. 1998. v.; 26 cm

ZEN, Erick Reis Godliauskas. **Imigração e Revolução: Lituanos, Poloneses e Russos sob Vigilância do Deops.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2010. 232 pp. (História das Migrações, 2)

ANEXOS

DECRETO-LEI Nº 383, DE 18 DE ABRIL DE 1938

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, negócios públicos do país.

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 - Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 - Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 - Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.

4 - Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.

5 - Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer

conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

Parágrafo único. Exceção da proibição contida no inciso 3º as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.

Art. 3º É lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

§ 1º. Não poderão tais entidades receber, a qualquer título, sub-venções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

§ 2º. As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.

Art. 4º As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Parágrafo único. Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniforme escolar e às reuniões

para aulas e outros fins de ordem didática.

Art. 5º Das entidades a que se refere o art. 3º não podem no entanto fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros.

Os que infringirem o disposto neste artigo perderão, ipso facto, os cargos públicos que possuírem e ficarão inhabilitados, pelo prazo de cinco anos, para exercer cargo dessa natureza, além de incorrerem nas penas constantes da primeira parte do art. 10.

Art. 6º As entidades referidas nos arts. 3º e 4º não poderão funcionar sem licença especial e registo concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei n. 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto n. 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis.

Art. 7º As entidades, cujo funcionamento é proibido no art. 2º, ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

Art. 8º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por esta lei, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferências, discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringentes das disposições desta lei. Pelo mesmo motivo, poderá suspender, temporária ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações, e fechar as respectivas oficinas gráficas.

Parágrafo único. Nos Estados e no Território do Acre, a faculdade conferida neste artigo poderá ser delegada, ainda que por via telegráfica, aos respectivos governos.

Art. 9º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores exercerá fiscalização permanente sobre as entidades mencionadas nesta lei. Para esse fim, o Ministro de Estado designará, dentro dos quadros do Ministério, os funcionários que se fizerem necessários, podendo delegar essa atribuição, nos Estados e no Território do Acre, a funcionários indicados pelos respectivos governos.

Esses funcionários exercerão gratuitamente a fiscalização, sendo-lhes apenas abonadas diárias e ajudas de custo, fixadas pelo Ministro e a critério deste.

Art. 10. Os que infringirem as prescrições desta lei incorrerão nas penas constantes do art. 6º do decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, ou serão passíveis de expulsão, a juízo do governo.

Parágrafo único. As penalidades cominadas neste artigo aplicam-se aos diretores das sociedades, companhias, clubes e outros estabelecimentos compreendidos nas proibições desta lei, bem como a quaisquer responsáveis pelos mesmos, seus sócios, contribuintes ou não, e empregados remunerados ou gratuitos.

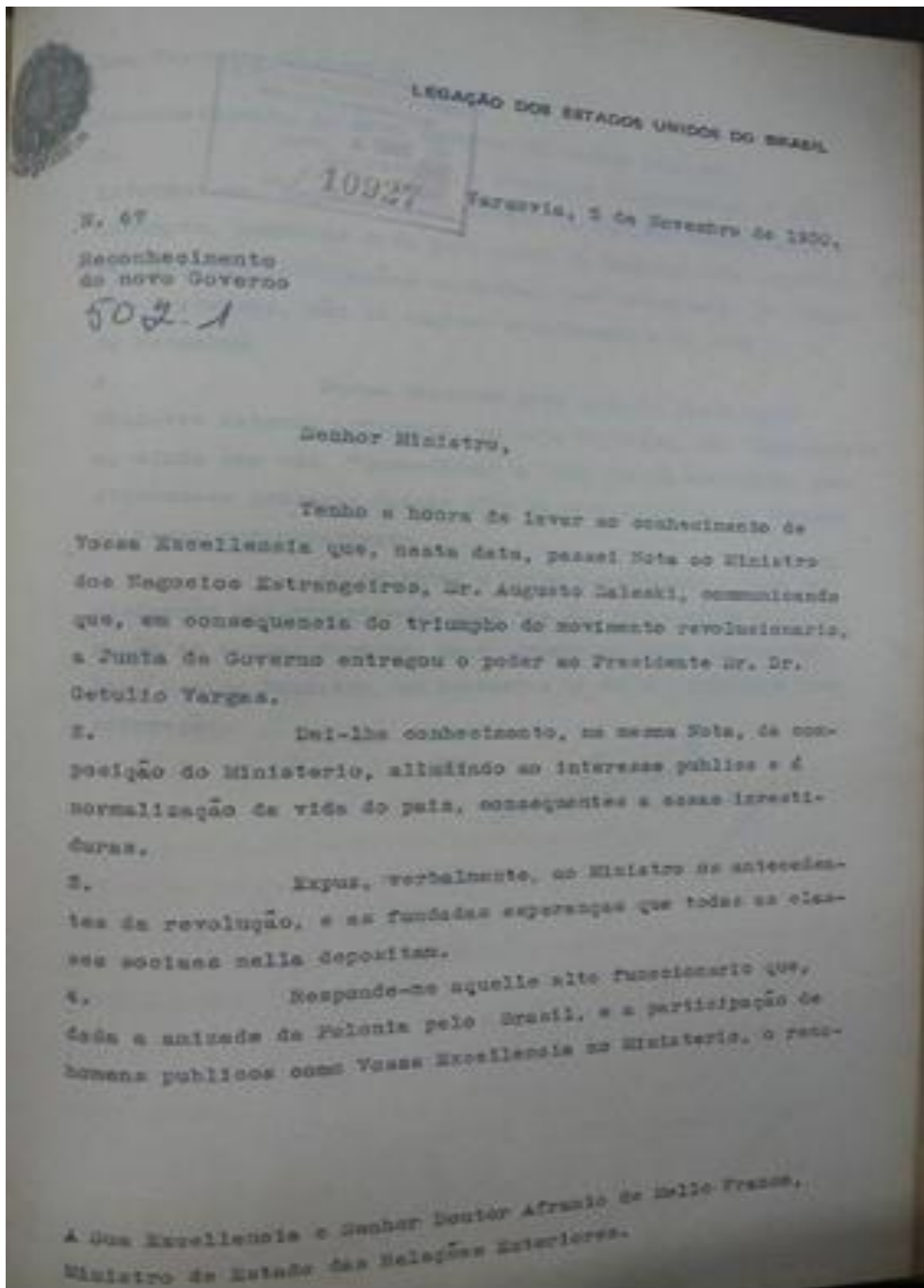
Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data em que for publicada, e o seu texto será remetido, para este fim, aos governos dos Estados e do Território do Acre; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

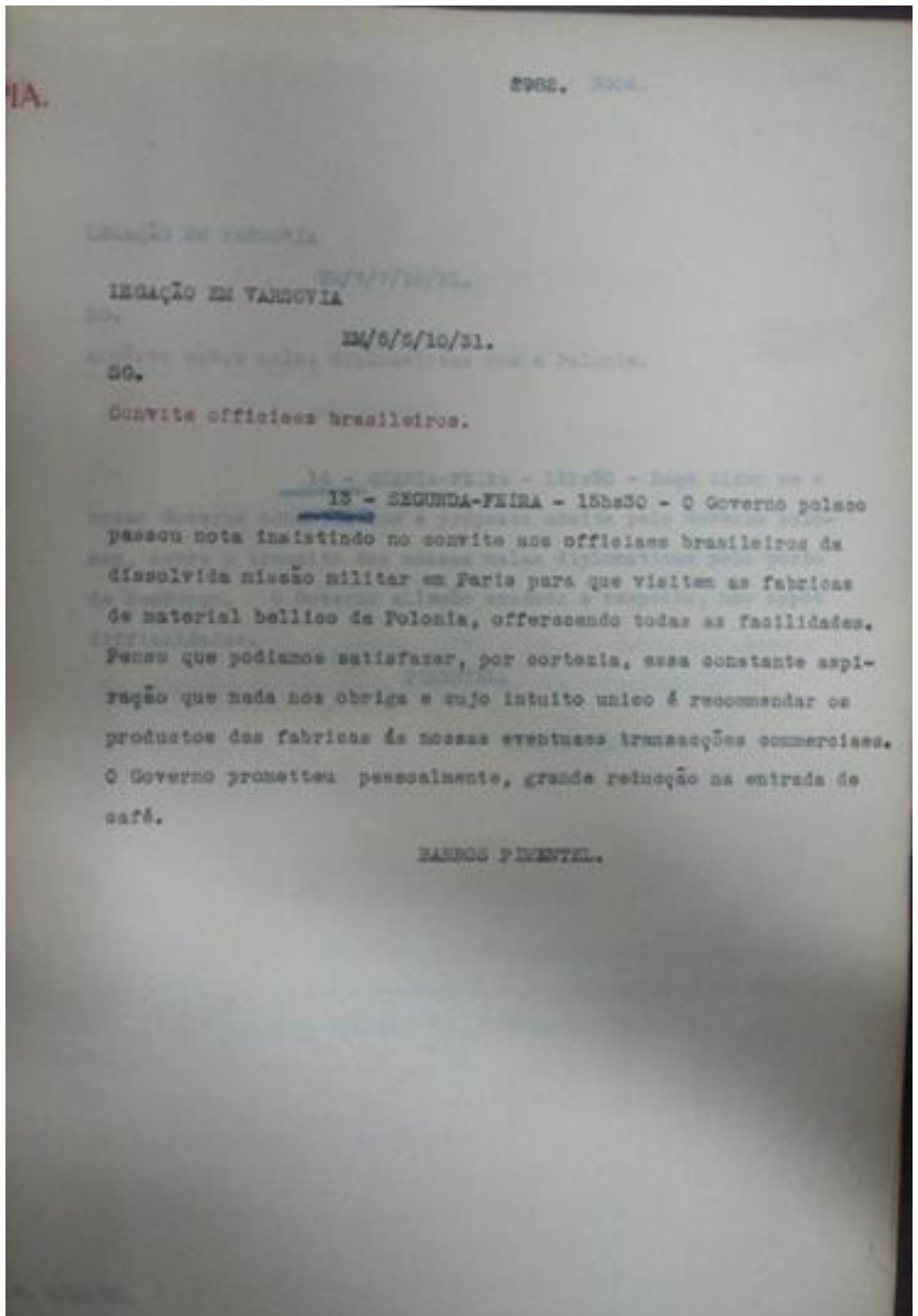
GETÚLIO VARGAS

Francisco Campos

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 19/04/1938

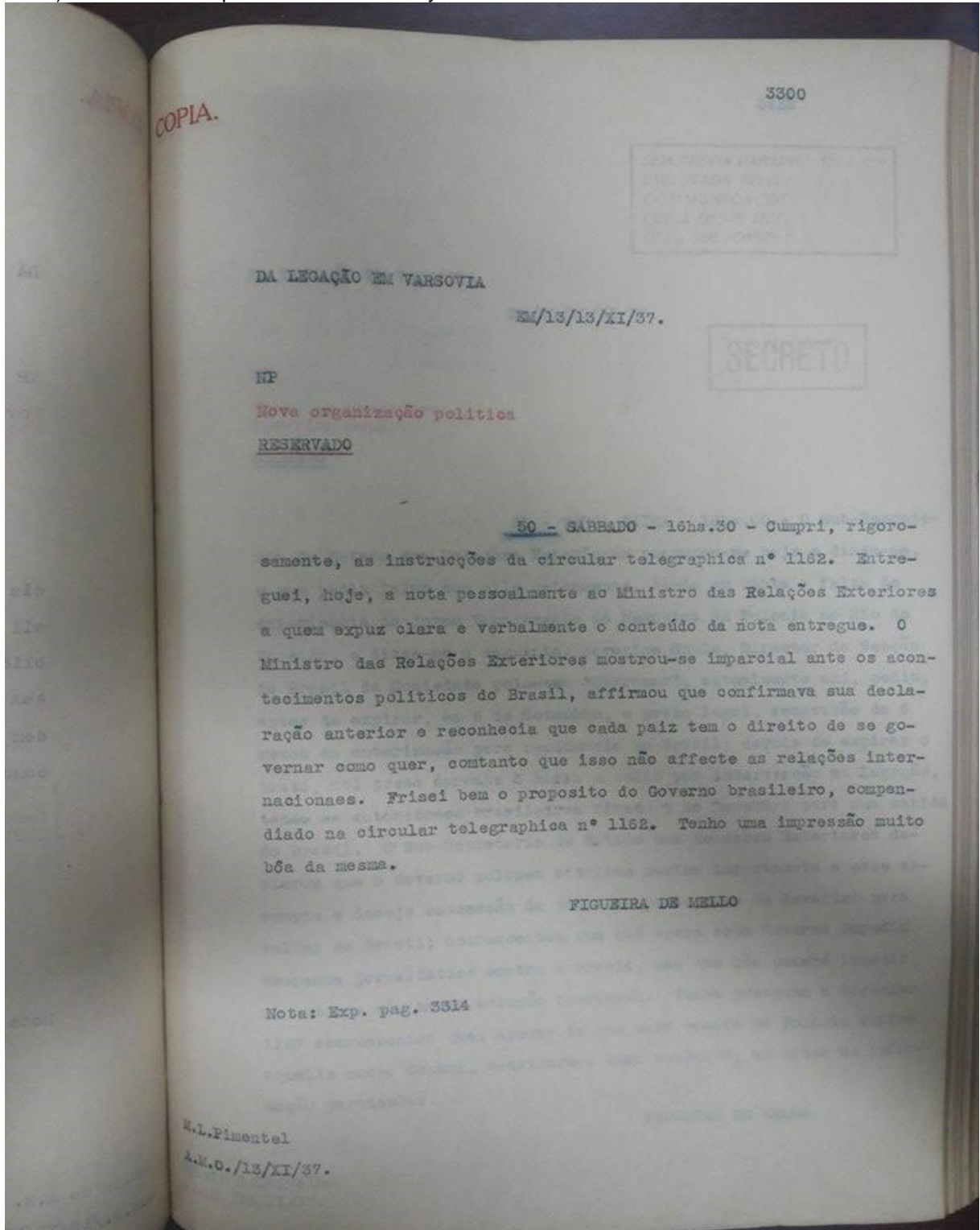


Anexo 1 (Boletim emitido pela embaixada brasileira em Varsóvia) fonte: Acervo Museu Diplomático do Itamaraty -RJ



ANEXO 2 (Boletim emitido pela embaixada brasileira na Polônia com convite a conhecer seu equipamento bélico). fonte: Museu diplomático do Itamaraty

Anexo 3 Boletim emitido pela embaixada brasileira na Polônia com relação ao novo governo no Brasil). fonte: Museu diplomático do Itamaraty



Leg. Varsovia/67/1920/2.

reconhecimento do novo Governo não seria demorado.

5. Ao receber o Despacho telegraphico n° 10, informei-me, naquello Ministerio, da decisão tomada sobre o assumpto, sendo-me dito pelo Chefe do Departamento competente, que nas instruções expedidas, por telegramma, ao Ministro Grabowski, não se cogitou absolutamente da data de 12 de Novembro.

6. Dessa conversa pode deduzir-se que o mesmo Ministro havendo affirmado, em seus Offícios, ser "impossível" e, ainda uma vez, "impossível" a victoria da revolução, considerou-se prudente deixar aqum ao seu criterio, no sentido do mesmo reconhecimento.

Ao reiterar a Vossa Excellencia a viva satisfação que experimento pela sua mal esclarecida colaboração ao actual Governo, me é sumamente grato apresentarlhe, Senhor Ministro, os protestos da minha respeitosa consideração.

Anexo 4 (Boletim emitido pela embaixada do Brasil em Varsóvia) Fonte: Museu diplomático do

Leg. Varsovia/12/1939/annexo No 2. último.

TRADUÇÃO

Emigração e expansão polonesa no estrangeiro. Hoje, 20 de Janeiro de 1939, a Comissão orçamentaria da Câmara dos Deputados estudará o projeto do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Discurso do Deputado Surzyński:

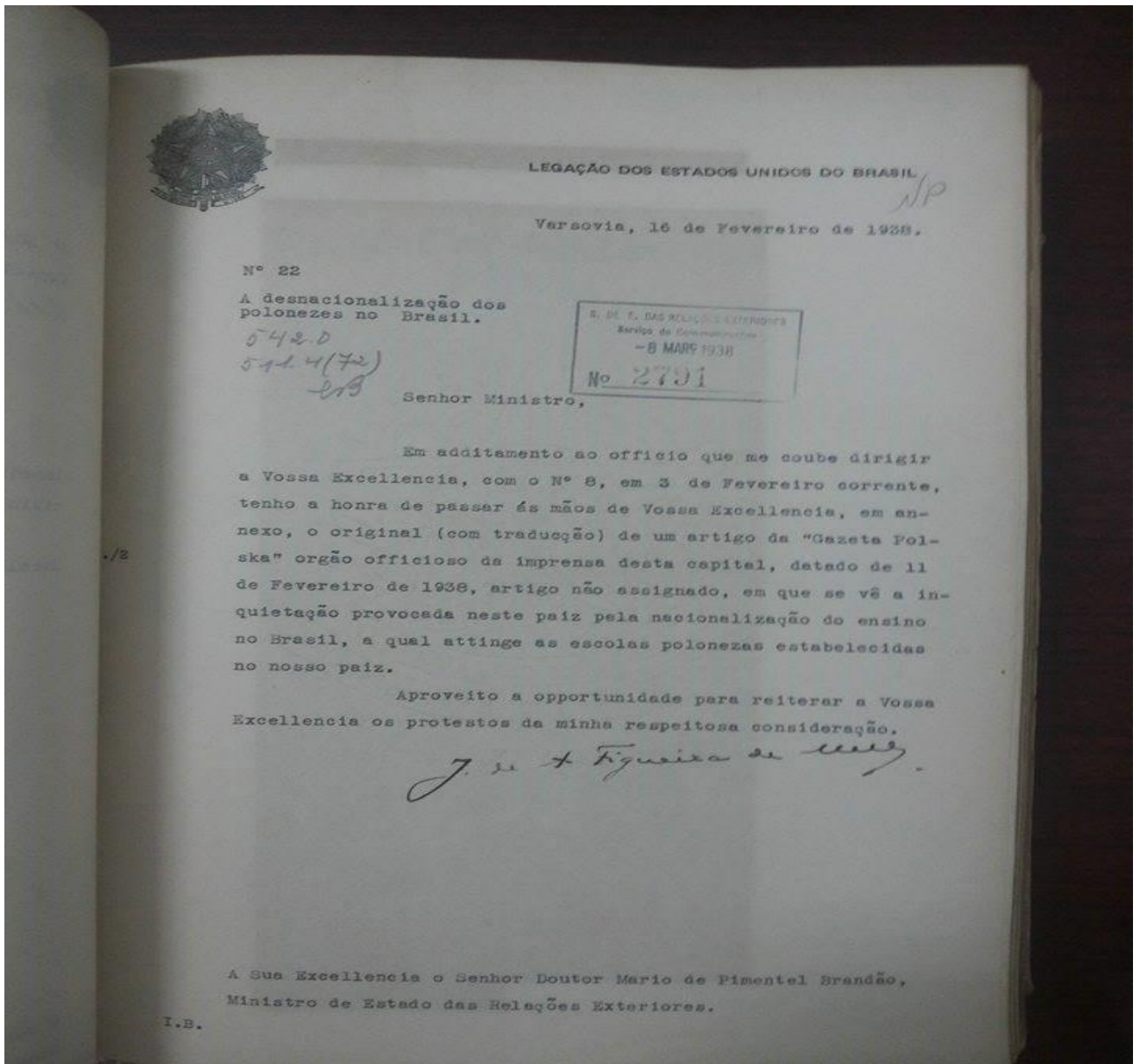
..... Exterminação no Brasil

América do Sul. Na Argentina os poloneses acham-se em condições satisfatórias de vida, tanto culturais como materiais, ao passo que no Brasil o ano passado assinou-se dolorosamente para os poloneses por inesperadas e fortes medidas de extermínio. Na nossa política em relação ao Brasil procurámos sempre estreita colaboração económica, cultural e política. Mas, os últimos decretos brasileiros interromperam repentinamente essa política. Em consequência desses decretos foram fechadas quasi todas as escolas polonesas no Brasil, assim como varias organizações polacas. Dia a dia as autoridades adotam medidas, cada vez mais severas, de perseguição e desacatamento. Nesses últimos meses proibiu-se pregar sermões em idioma polonês e chegou-se, mesmo, a prender padres. Essa ação está tomando formas drásticas, como luta contra inscrições não-portuguesas nos túmulos dos cemiterios e nas cruzes colocadas deante das igrejas.

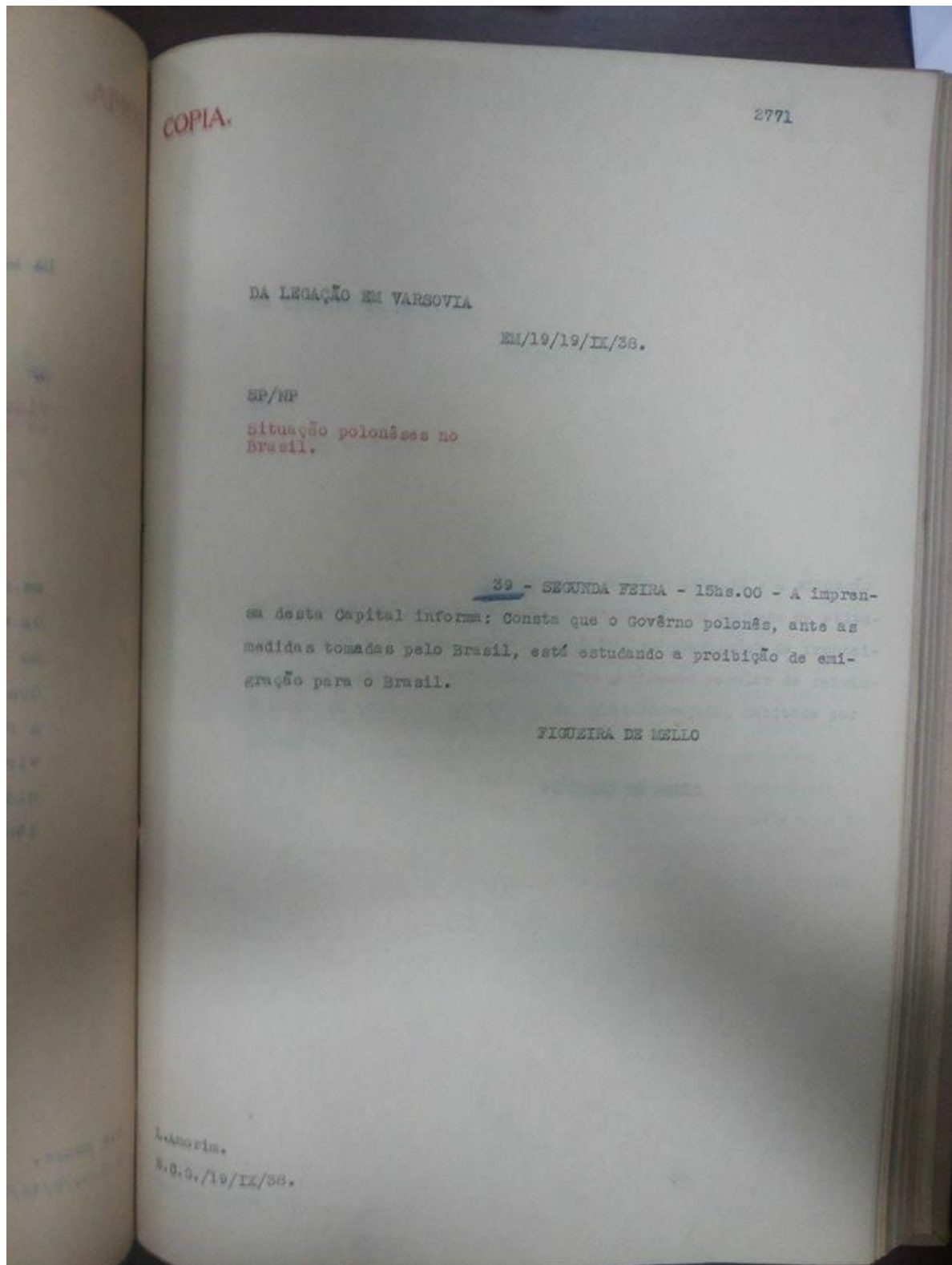
Em troca de enormes trabalhos ...

Os 300.000 poloneses no Brasil compõem um elemento agricultor, leal; não se ocupa da política e aplica todo o seu esforço para levantar a economia do país. É enorme a participação moral e material com que concorreram na histo-

ANEXO 5 (Boletim emitido pela embaixada do Brasil em Varsóvia com tradução de um jornal polonês falando a respeito da situação que poloneses estavam vivendo no Brasil) fonte: Museu diplomático do Itamaraty -RJ



Anexo 6 (Boletim emitido pela embaixada do Brasil em Varsóvia falando sobre a desnacionalização de Poloneses no Brasil) fonte: acervo museu diplomático do Itamaraty - RJ



Anexo 7 (Boletim emitido pela embaixada do Brasil em Varsóvia, a respeito da situação dos poloneses no Brasil.) fonte: acervo museu diplomático do Itamaraty-RJ

Leg. Varsóvia/70/1938/annexo No 4

TRADUÇÃOFENÓMENOS INCOMPREENSÍVEIS DO NACIONALISMO
BRASILEIRO.

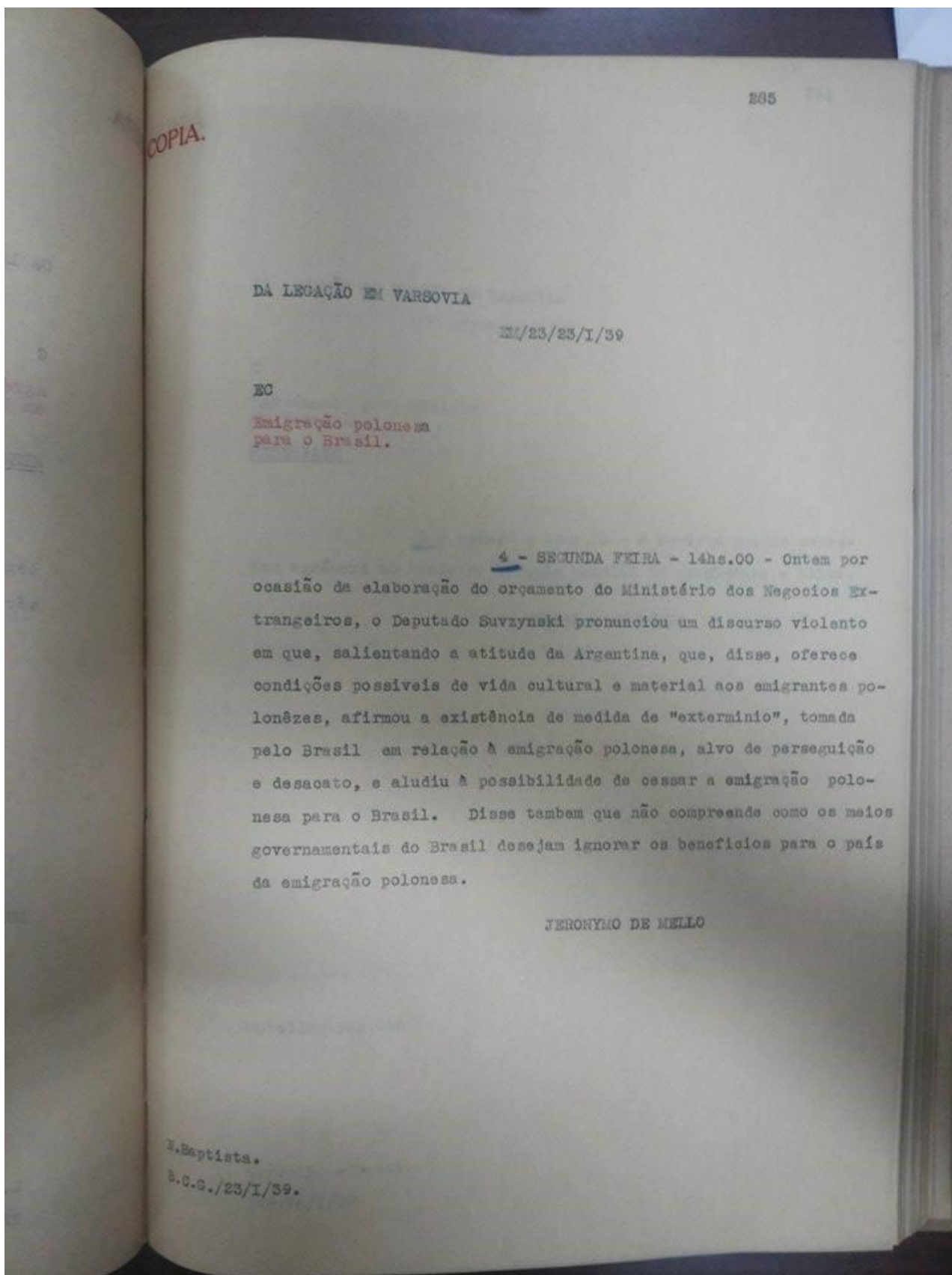
(O presente artigo foi redigido por uma pessoa vinda há pouco do Brasil e que conhece bem a situação interna do país - Redação.)

(W.D.) As revoluções que se produzem no Brasil e nos outros países da América Central e do Sul, bem como as lutas dos varios partidos políticos e pessoas ambiciosas para se apoderarem do Governo, deixaram de ser consideradas como questões de importancia internacional.

Entretanto, de há uns vinte anos para cá observa-se nos países sul-americanos, especialmente no Brasil, um fenómeno novo, até essa data desconhecido, que é a luta de correntes ideológicas que têm por base a vida política e social, e que exercem influencia mais ou menos dolorosa na vida interna das grandes massas, na sua maioria imigrantes, devendo, portanto, interessar ás Nações e países de que são originarios esses elementos.

Esse fenómeno é, em parte, sem dúvida alguma, consequencia do natural processo de cristalização da nacionalidade sul-americana em geral, e brasileira em particular, que é a menos unida e a que mais se misturou com os elementos estrangeiros; e, em parte, consequencia da grande guerra que produziu as lutas entre as correntes totalitarias e as comunistas.

O Brasil não foi e não é livre da propaganda dessas duas orientações político-sociais. De um lado, os Soviets não se descuidam do continente sul-americano, e, aproveitando as diferenças de classe e os enervamentos políticos, desenvolvem ação intermitente no sentido de provocar uma revolução social. Por outro lado, os países totalitarios, por intermedio dos seus agentes e emissarios políticos, influem nas grandes massas compostas de



Anexo 9 (Botelim emitido pela embaixada da Polônia a respeito da imigração para o Brasil.) fonte: acervo museu do Itamaraty -RJ